



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFICIDADES, URBANIDADES RURAIS E  
CAMPESINIDADE NO MODO DE VIDA DOS MORADORES DA  
COMUNIDADE DE SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA  
(PARINTINS/AM)

ANDERSON DE SOUZA TAVARES

MANAUS/AM  
2016

ANDERSON DE SOUZA TAVARES

**GEOGRAFICIDADES, URBANIDADES RURAIS E CAMPESINIDADE  
NO MODO DE VIDA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE  
SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA (PARINTINS/AM)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (Departamento de Geografia) para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Amélia Regina Batista Nogueira. Área de concentração; Amazônia: Território e Ambiente. Linha de pesquisa: Território e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Dra. Amélia Regina Batista Nogueira

Manaus/AM  
2016

ANDERSON DE SOUZA TAVARES

**GEOGRAFICIDADES, URBANIDADES RURAIS E CAMPESINIDADE  
NO MODO DE VIDA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE  
SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA (PARINTINS/AM)**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada pela banca examinadora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (Departamento de Geografia). Área de concentração; Amazônia: Território e Ambiente. Linha de pesquisa: Território e Cultura na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Presidente da Banca: Dr.<sup>a</sup> Amélia Regina Batista Nogueira  
(Orientadora e Professora do PPGGEOG/UFAM)

Dr. José Camilo Ramos de Souza (CESP/UEA)

Dr. Marcos Castro de Lima (DEGEO/UFAM)

Orientadora: Dra. Amélia Regina Batista Nogueira

Manaus/AM  
2016

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM – Ficha Catalográfica *On Line*)

T231g Tavares, Anderson de Souza  
GEograficidades, Urbanidades Rurais e Campesinidade no Modo de Vida dos Moradores da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia (Parintins/AM) / Anderson de Souza Tavares. 2016  
110 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Amélia Regina Batista Nogueira  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Geograficidade. 2. Urbanidades no Rural. 3. Campesinidade. 4. Vila Amazônia. I. Nogueira, Amélia Regina Batista II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Dedico esta Dissertação à minha família, Rosana, minha amada esposa, e minhas filhas Isabelle e Fernanda, pelo amor que me tem, que me sustentou nesta árdua caminhada.

À minha mãe, pelo incentivo e amor materno que me fizeram chegar onde cheguei.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que eu concluísse este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente à Deus pelo dom da Vida e pelas graças que me tem concedido, e por estar sempre ao meu lado em todos os momentos. A Ele toda a glória e o louvor.

Agradeço à minha amada esposa Rosana, pela paciência e pelo amor que sente por mim, por suportar minhas ausências com nossas filhas durante minhas viagens.

Agradeço à minha mãe pelos incentivos, pelo seu amor materno, por diversas vezes ajudar a mim e minha esposa com minhas filhas quando precisamos. Agradeço pelo carinho e pela torcida pelo meu sucesso.

Agradeço à minha querida orientadora que compreendeu minha situação e não aquiesceu para me orientar neste trabalho. Agradeço também pela paciência e pelo senso de humanidade enorme que possui.

Agradeço também à minha tia Tânia, pela paciência em me receber em sua residência nos períodos de estada em Manaus.

Agradeço ao IFAM, que me oportunizou ser liberado para cursar este programa de mestrado.

Agradeço à FAPEAM, pela bolsa de mestrado concedida que viabilizou a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos docentes que ministraram as aulas das disciplinas que cursei durante o mestrado.

# AMAZÔNIA CATEDRAL VERDE

Ronaldo Barbosa

Amazônia, solitária catedral (bis)

Onde estão os teus templários?  
Teus guardiões imaginários?  
Cadê as cuias, teus cálices?  
E o rio, teu santo daime?  
Vivas folhas, teus sudários  
Teus castiçais, teus galhos?

Amazônia, solitária catedral (bis)

Onde está o teu encanto?  
Teu mistério, batistério?  
Teu verde sagrado manto  
Pra onde foram os cristais?  
Tuas riquezas, teus vidrais  
Teus sonhos de imortais?

Amazônia...Templários da Amazônia (bis)

O curupira fugiu  
Jurupari desistiu  
Surucucu se escondeu  
Cobra-grande, cobra-grande  
Na enchente encolheu

Ave... Ave... (bis)

Restou o nosso Caprichoso  
A cor morena do caboclo  
O cheiro incenso da cabocla  
A partitura da toada  
O coro forte da galera  
E a oração da Marujada

Amém...Catedral

## RESUMO

O presente trabalho teve por base a pesquisa realizada na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, situada na zona rural do município de Parintins. A pesquisa teve por objetivo principal compreender como os moradores da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia percebem e concebem seu espaço vivido ante às transformações ocorridas na infraestrutura da comunidade. Além disso, como objetivos secundários, buscou-se entender como se mantém a campesinidade entre os moradores da comunidade considerando as mudanças ocorridas em seus modos de vida; identificar quais os impactos promovidos pelas urbanidades no rural no cotidiano dos moradores da comunidade de Santa Maria; entender como tem sido construída a identidade coletiva dos moradores da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia a partir da concepção de lugar e geograficidade, construídas na geografia cultural humanista. Para tanto, nos pautamos na pesquisa qualitativa por meio do enfoque da abordagem da Geografia cultural humanista na perspectiva metodológica da fenomenologia, utilizando-se de levantamentos e pesquisas bibliográficas e práticas de campo, onde foram realizadas entrevistas com os moradores locais, observação participante e levantamentos iconográficos/fotográficos. Assim, observamos uma comunidade que se caracteriza por múltiplas territorialidades, que criam e recriam lugares, a partir da geograficidade dos moradores, que vivenciam cotidianamente aquele espaço. O lugar aqui ensejado é aquele apresentado pelas ideias de Relph e Tuan, que por sua vez, se basearam na ideia de espaço vivido da obra "O Homem e a Terra", de Eric Dardel. Assim, mostraremos aqui como a fisionomia do lugar na comunidade de Santa Maria influencia e é influenciado pelos modos de vida dos moradores locais.

Palavras-chave: Geograficidade; Urbanidades no Rural; Campesinidade; Vila Amazônia.

## ABSTRACT

The present work has for base the research realized at community of Santa Maria de Vila Amazônia, located in the rural zone of the county of Parintins. The research had for main objective to understand how the residents from the community of Santa Maria de Vila Amazônia perceive and conceive their lived space in front of the transformations occurred in the community infrastructure. Besides this, as secondary objectives, sought understand how to keep the campesinity between the residents from the community considering the changes occurred into their way of life; identify what is the impacts promoted by the urbanities on rural into the daily of the residents from the community of Santa Maria; understand how it has been constructed the collective identity of the residents from the community from the conception of place and geographicity. Therefore, we base ourselves in qualitative research through the focus of the Humanist Cultural Geography approach in the methodological perspective of the phenomenology, using bibliographic surveys and fields practices, with interviews, participating observations and iconographic surveys. Thus, we observed a community characterized by multiples territorialities, that create and recreate places, from the geographicity by the residents, that living daily that space. The place here gave rise is that showed by the ideas from Relph and Tuan, which in turn, based himself in the idea of lived space from Dardel work. Thereby, we will show here how the physiognomy of place at the community of Santa Maria influence and it's influenced by the ways of life from the local residents.

Keywords: Geographicity; Urbanities on rural; Campesinidade; Vila Amazônia.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – A GEOGRAFIA HUMANISTA E CULTURAL: PENSANDO O ESPAÇO VIVIDO EM VILA AMAZÔNIA.....	19
1.1 A Geografia Cultural Humanista: uma Geografia Humana .....	20
1.1.1 Espaço Vivido e Lugar na Geografia Humanista .....	24
1.2 A Vila Amazônia: o lugar e o espaço vivido.....	26
1.2.1 O Lugar contado: a Vila Amazônia no relato de um morador antigo .....	26
1.2.2 A Gleba de Vila Amazônia: uma breve apresentação .....	32
1.2.3 A juta e a urbanização japonesa em Vila Amazônia .....	33
1.3 A Comunidade de Santa Maria: o epíteto da Vila Amazônia .....	36
CAPÍTULO II – ENTRE O RURAL E O URBANO? URBANIDADES NO RURAL E CAMPESINIDADES NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA .....	44
2.1 As Urbanidades no Rural e as Transformações no Campo .....	45
2.1.1 Campo ou cidade? As urbanidades no rural e o outro campo .....	47
2.1.2 As urbanidades no rural na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia .....	50
2.2 O Rural, o Campo e a Campesinidade na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia .....	60
2.2.1 O campesinato como modo de vida: a construção de um pensamento .....	62
2.2.2 Campesinidade e Geograficidade: o campesinato enquanto modo de vida na comunidade de Santa maria de Vila Amazônia .....	66
CAPÍTULO III – A GEOGRAFICIDADE NO ESPAÇO VIVIDO DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA.....	75
3.1 Espaço Vivido e Lugar: a essência da geografia humanista.....	75

3.1.1 O espaço vivido e lugar na comunidade de Santa Maria: para além do rural e do urbano .....	80
3.2 Territorialidades e ressignificações no espaço vivido dos moradores da comunidade de Santa Maria: a configuração da geograficidade .....	89
3.2.1 As transformações no espaço da comunidade de Santa Maria e construção da identidade do lugar .....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	105

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Hakoo Kaikan, templo e centro cultural (1936).....	28
<b>Figura 02:</b> Juta secando nos varais na década de 1960 .....	30
<b>Figura 03:</b> Transporte da fibra de juta após a secagem na década de 1960.....	31
<b>Figura 04:</b> Canteiro suspenso no quintal de uma residência .....	33
<b>Figura 05:</b> Casarão de J. G. Araújo em Vila Amazônia .....	35
<b>Figura 06:</b> Mapa de Localização da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	37
<b>Figura 07:</b> Posto da Amazonas Energia S/A na Comunidade de Santa Maria.....	38
<b>Figura 08:</b> Subestação da Amazonas Energia S/A na Comunidade de Santa Maria.....	38
<b>Figura 09:</b> Telefone Público disponibilizado em uma esquina na Comunidade de Santa Maria.....	39
<b>Figura 10:</b> Escola Tsukasa Uyetsuka.....	39
<b>Figura 11:</b> Foto da área ocupada irregularmente nos arredores da escola Tsukasa Uyetsuka na comunidade de Santa Maria.....	40
<b>Figura 12:</b> Foto da área ocupada irregularmente nos arredores da escola Tsukasa Uyetsuka na comunidade de Santa Maria.....	40
<b>Figura 13:</b> Placa erguida na entrada da área que foi ocupada irregularmente.....	41
<b>Figura 14:</b> Placa sinalizando nome de uma das ruas organizadas pela associação comunitária do bairro Independência .....	41
<b>Figura 15:</b> Terreno na ocupação irregular na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia indicando apenas o nome do ocupante .....	42
<b>Figura 16:</b> Terrenos na ocupação irregular na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia com construção de moradias em alvenaria e madeira .....	42
<b>Figura 17:</b> Mapa da expansão urbana da Comunidade de Santa Maria .....	43
<b>Figura 18:</b> Monumento em homenagem aos japoneses na comunidade de Santa Maria...	53
<b>Figura 19:</b> Casarão de J. G. Araújo, visto a partir da rua que passa em frente ao prédio...	53
<b>Figura 20:</b> Casarão de J. G. Araújo, parte interna .....	54
<b>Figura 21:</b> Ruínas de um armazém construído na administração de J.G. Araújo .....	54
<b>Figura 22:</b> Exemplo de rua asfaltada na comunidade de Santa Maria .....	55
<b>Figura 23:</b> Rua asfaltada com residências em alvenaria e divisões de terreno por muro na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	56
<b>Figura 24:</b> Caixa d'água responsável pelo abastecimento de água para a Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	56
<b>Figura 25:</b> Estrutura do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Parintins .....	57
<b>Figura 26:</b> Termelétrica com subestação de energia elétrica da Eletrobrás Amazonas Energia S/A na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	57
<b>Figura 27:</b> Outdoor mostrando como será o porto que está sendo construído na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia para ajudar no escoamento da produção local .....	69
<b>Figura 28:</b> Horta suspensa no quintal da residência de um morador da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	70

<b>Figura 29:</b> Criação de galinha no quintal da residência de um morador da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	70
<b>Figura 30:</b> Produção de farinha na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	71
<b>Figura 31:</b> Canoas utilizadas para a prática da pesca pelos camponeses-ribeirinhos da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia .....	72
<b>Figura 32:</b> Representação esquemática dos elementos Centrais das comunidades rurais no Amazonas .....	82
<b>Figura 33:</b> Templo de uma igreja cristã protestante na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	82
<b>Figura 34:</b> Templo de igreja cristã protestante na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	83
<b>Figura 35:</b> Igreja católica na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia .....	83
<b>Figura 36:</b> Primeira igreja católica erguida na comunidade.....	84
<b>Figura 37:</b> Rua pavimentada na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia .....	86
<b>Figura 38:</b> Estabelecimento de ensino profissionalizante privado, com cursos de idioma e informática, além de prestação de serviços gráficos .....	86
<b>Figura 39:</b> Rua pavimentada em asfalto. Destaque para o estabelecimento comercial de estivas em geral e residências em alvenaria .....	87
<b>Figura 40:</b> Clube Beira Rio, espaço utilizado para festas, na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	88
<b>Figura 41:</b> Imagens do lugar que serve de porto na comunidade Santa Maria de Vila Amazônia.....	91
<b>Figura 42:</b> Prédio da biblioteca municipal instalada na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	93
<b>Figura 43:</b> Área que funciona como porto na comunidade. ....	93
<b>Figura 44:</b> Detalhe da área de atracagem das embarcações para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias no local utilizado como porto na comunidade de Santa Maria.....	94
<b>Figura 45:</b> Pequeno prédio que serve como posto policial para a comunidade de Santa Maria .....	95
<b>Figura 46:</b> Prédio onde funciona o posto de saúde local na comunidade de Santa Maria .	95
<b>Figura 47:</b> Prédio onde funciona o Centro de Convivência do Idoso.....	96
<b>Figura 48:</b> Posto de gasolina na comunidade de Santa Maria .....	96
<b>Figura 49:</b> Estabelecimento comercial na comunidade de Santa Maria.....	97
<b>Figura 49:</b> Rua situada na chamada “área nova” da comunidade de Santa Maria .....	98
<b>Figura 50:</b> Estabelecimento comercial na chamada área nova da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.....	98
<b>Figura 51:</b> Área da Laje na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia .....	99
<b>Figura 52:</b> Imagem da área ocupada irregularmente no final do ano de 2014 .....	100
<b>Figura 53:</b> Imagem da área ocupada irregularmente no final do ano de 2014.....	101

## **LISTA DE SIGLAS**

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Amazonas Energia S/A - Amazonas Distribuidora de Energia Sociedade Anônima

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

## INTRODUÇÃO

As terras que compõem a Vila Amazônia compreendem uma área de aproximadamente setenta e oito mil hectares, localizados à margem direita do Rio Amazonas e do Paraná do Ramos, próximo à sede do município de Parintins, no interior do estado do Amazonas. A chamada Gleba de Vila Amazônia é composta por muitas comunidades que se interligam por estrada. A principal comunidade, também chamada popularmente de sede da Vila Amazônia é a Comunidade de Santa Maria, distante cerca de 374 km em linha reta da capital do Estado do Amazonas, Manaus, e cerca 5 km distante da sede do município Parintins/AM, com acesso, a partir da sede, apenas por meio fluvial.

A Vila Amazônia, antes chamada de Vila Batista, surgiu em decorrência de um projeto elaborado pelo governo japonês e apresentado ao governo de Efigênio Salles, no estado do Amazonas, que, com a decadência do ciclo da borracha no Amazonas, procurava alternativas econômicas para o estado. Com isso, o governo do Amazonas ofereceu um milhão de hectares de terra para produção agrícola ao Japão, em troca da mão-de-obra especializada. O deputado japonês Tsukasa Uyetsuka foi quem acreditou a se comprometeu em executar o projeto, que constituiu uma colônia japonesa na área. Durante a permanência dos japoneses na Vila Amazônia, houve um destaque para o cultivo da juta, que visava atender à demanda da indústria têxtil japonesa, pois a sua fibra era fundamental no mercado internacional para confecção de sacos para carregamento de café e outras mercadorias, além de não ser produzida em larga escala por outros países.

Após a retirada dos japoneses das terras de Vila Amazônia, devido às questões políticas agregadas à Segunda Grande Guerra, as terras chegaram às posses do empresário português J. G. de Araújo, que prosseguiu com a economia da juta na localidade. A administração do empresário português durou até a década de 1970. A partir da década de 1980, as terras Vila Amazônia passaram a fazer parte de projetos de Assentamento pelo governo brasileiro por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que até os dias de hoje vem atuando na localidade.

A partir do início dos anos dois mil, a Gleba Vila Amazônia, principalmente a Comunidade de Santa Maria, passou a ser alvo de diversos projetos de políticas públicas destinadas a implantação de infraestrutura urbana. Criação e pavimentação de vias públicas, instalação de rede elétrica com usina termelétrica, implantação de rede de abastecimento de

água, entre outros, modificaram muito além da paisagem: modificaram o modo de vida dos moradores da comunidade, que passaram a conviver com a infraestrutura urbana em seu “novo” espaço cotidiano.

Programas de governo como o “Luz para todos”, têm criado outras possibilidades e vivências diferenciadas aos moradores das localidades onde a energia passa a compor o cotidiano das pessoas. Outros equipamentos urbanos inseridos no cotidiano dos moradores dessa localidade, como abastecimento de água e serviço de telefonia, passam a modificar o modo como essas pessoas se relacionam com o meio. A terra, a água e a floresta, elementos significativos da paisagem rural da Amazônia, passam a ter outros significados a partir do momento em que elementos urbanísticos são inseridos no espaço rural.

Mudanças nos hábitos cotidianos, nas relações com os demais comunitários, nas relações com o trabalho, nos levam a observar uma ressignificação do espaço vivido na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, atingida pela mudança em sua infraestrutura. Sendo um “ser geográfico”, imbuído de geograficidade, o homem acaba incorporando os novos signos a sua vida cotidiana e passa a ressignificar seu espaço vivido, de forma dinâmica, tal qual o próprio espaço geográfico o é. A geograficidade, segundo Dardel, “refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas, e refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são as bases e recursos das habilidades do homem e para as quais há uma fixação existencial”. (1990, p.42 apud NOGUEIRA, 2014, p.38)

O espaço só existe a partir do conhecimento que cada ser humano tem dele, em uma relação visceral que emana da própria essência do homem enquanto ser no mundo, com “a Terra, aqui, sendo vista para além de seus aspectos físicos, compreendida como lugar de vida” (NOGUEIRA, 2014, p.38), como um espaço vivido a cada dia por cada ser humano.

As casas de madeira, de palha ou de barro, muito comuns de serem observadas nas comunidades rurais do município de Parintins, passam a ser substituídas pelas casas de alvenaria. As mudanças são latentes na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, que serve como porta de entrada para as muitas comunidades rurais localizadas na chamada Gleba de Vila Amazônia. A infraestrutura urbana implantada na comunidade conta inclusive com uma central termelétrica para o fornecimento de energia para outras comunidades que integram a Gleba, Posto de Saúde com atendimento médico diário, Centro de Convivência do Idoso, Posto de Gasolina, entre outros.

A inserção do urbano no rural da comunidade de Santa Maria, tem promovido inclusive um crescimento do contingente populacional por meio de migração. Pessoas vindas de outras comunidades da Gleba, de outras áreas rurais do município de Parintins, da própria sede do município e, mesmo, de outros lugares do Amazonas e do Pará, passaram viver na chamada Zona Urbana da Vila Amazônia, como é conhecida a Comunidade de Santa Maria. Isso tem engendrado um complexo conjunto de territorialidades dentro da comunidade. O espaço rural ganha características de espaço urbano, criando territorialidades híbridas, onde modos de vida urbano coexistem com modos de vida rural, em um espaço onde o rural e o urbano não se anulam, mas se complementam entre si. A essência rural e agrária da comunidade se mescla às envolventes urbanidades no rural representadas pelos elementos urbanísticos que configuram o espaço físico do lugar.

Vê-se uma grande mudança na fisionomia do lugar, que atinge a forma como os moradores concebem seu espaço vivido, sua geograficidade. Ainda encontramos muito da ordem moral, citada por Woortmann (1990), característica de relações camponesas, em muitas das relações comunitárias. O puxirum e a parceria, características das relações sociais de comunidades rurais da Amazônia, que se assemelham a características descritas nas relações de campesinato, são percebidas no bojo das relações primordiais que integram a vida de muitos comunitários, moradores da comunidade de Santa Maria, que, por essência, ou por resistência, ainda é identificada com o prefixo “comunidade”, pelos moradores locais e por outras comunidades rurais das proximidades.

Encontramos fenômenos que são recorrentes em áreas urbanas ocorrendo na localidade, como a ocupação irregular de terras, que ocorreu no segundo semestre de 2014 por pessoas de outras comunidades rurais da Gleba e por pessoas que viviam na sede do município de Parintins, que estavam em busca de um lugar para morar, ou mesmo por outros intentos pessoais. O urbano vem se tornando a característica mais forte do lugar. O rural, ou melhor, o modo de vida característico do espaço rural amazônico, não é mais tão visível na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.

Tendo em vista toda essa dinâmica do espaço ocorrendo na localidade, é difícil não indagar: como os moradores mais antigos concebem o seu espaço vivido ante toda essa mudança? Como os novos moradores do lugar percebem e concebem seu novo espaço vivido? Afinal, como caracterizar o espaço vivido da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia diante das múltiplas territorialidades e geograficidades que compõem o cotidiano dos

moradores locais? Podemos falar em campesinato ou campesinidade inserida no modo de vida dos moradores locais?

Partindo dessas indagações nosso trabalho objetivou, de forma geral, compreender como os moradores da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia percebem e concebem seu espaço vivido ante às transformações ocorridas na infraestrutura da comunidade. Como objetivos específicos, procuramos entender como ocorre a campesinidade entre os moradores da comunidade, considerando as mudanças ocorridas em seus modos de vida; identificar quais os impactos promovidos pelas urbanidades no rural no cotidiano dos moradores da comunidade de Santa Maria; e entender como tem sido construída a identidade coletiva dos moradores da Comunidade a partir da concepção de lugar e geograficidade.

Visando atingir estes objetivos, o enfoque da pesquisa se deu a partir da abordagem fenomenológica na geografia cultural humanista, por meio de uma pesquisa qualitativa, que se utilizou de levantamentos bibliográficos e práticas de campo, onde teve aplicação de entrevistas, observação participante e levantamentos iconográficos.

A abordagem fenomenológica se caracteriza pelo uso de técnicas não quantitativas, com propostas críticas, buscando relacionar o fenômeno e a essência, ou seja, é um método que tem como objeto de investigação o fenômeno em si, tal como é (COLTRO, 2000). As relações do homem são de natureza não-fática, portanto, não podem ser vistas como objetivas, simplificadas em cadeias de ação e reação. O homem não é um objeto. Assim, a pesquisa de abordagem fenomenológica, que se molda às ciências humanas, parte da premissa da existência de uma relação sujeito-sujeito, contrapondo-se ao positivismo aplicado às ciências do homem, que impõe uma relação sujeito-objeto.

Para os fenomenólogos não há pesquisa sem intencionalidade, tendo em vista que a ação humana é eivada de valores que são inculcados desde o nascimento por meio do grupo social onde o homem se desenvolve. Para Masini (1982, p. 46), “essa postura implica na recusa dos mitos da neutralidade e da objetividade [da ciência]; obriga o pesquisador a assumir plenamente a vontade e a intencionalidade de rever os próprios valores e atitudes que contribuem para a manutenção do status quo atual”. (*Apud* COLTRO, 2000, p. 38)

Não existe “o” ou “um” método da pesquisa fenomenológica. O que existe é uma postura ou atitude do ser humano em buscar compreender o que se mostra, visando o que está estabelecido como critério de certeza (MASINI, 1989 *apud* COLTRO, 2000). As coisas já estão postas para que possamos observá-las. A fenomenologia sublima a interpretação do mundo que

salta intencionalmente à consciência, enfatizando a experiência pura do sujeito, de maneira polissêmica, e não de maneira unidimensional, como faz a dialética (REZENDE, 1990 *apud* COLTRO, 2000).

A fenomenologia apresenta um mundo de vida onde o homem vive sua cotidianidade atrelada às suas subjetividades, baseadas nos seus motivos, finalidades e racionalidades. Assim, o mundo da vida se mostra como intersubjetivo, onde as ações humanas se configuram como sociais, com símbolos e significados que variam de acordo com a sociedade e sua cultura. Com isso, cabe à fenomenologia interpretar as múltiplas significações do mundo a partir das experiências diretas e imediatas, com base na intencionalidade do que se busca entender.

O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não “habita” apenas o “homem interior”, ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece. [...] o mundo é aquilo mesmo que nós nos representamos, não como homens ou como sujeitos empíricos, mas enquanto somos todos uma única luz e enquanto participamos do Uno sem dividi-lo. (MERLEAU-PONTY, 1996, pp. 6-7)

A abordagem fenomenológica na geografia cultural humanista, apresenta o mundo de vida como um mundo vivido, onde o homem, como ser eminentemente geográfico, vive no seu cotidiano uma relação profunda com a Terra, que remonta às suas origens enquanto ser no mundo. Essa relação é apresentada por DARDEL (2011) como geograficidade. A pesquisa com base na abordagem fenomenológica na geografia cultural humanista nos leva a uma busca de interpretação do mundo vivido a partir das significações que o homem abstrai da sua experiência cotidiana com o lugar onde vive.

Assim, utilizando as técnicas da entrevista e da observação direta, ora partindo da Francesa, ora partindo do lado do matadouro municipal, ora, ainda, partindo da escadaria da Caçapava, dependendo do período do ano, seguindo o regime dos rios da Amazônia, partíamos da cidade de Parintins ao encontro dessa comunidade que se distancia cerca de 20 a 30 minutos da sede, seguindo de balsa ou barco, buscando entender a geograficidade imbuída em cada morador que vive aquele espaço no seu cotidiano. Ao final, cumprindo todas as etapas propostas no projeto de pesquisa, apresentamos os resultados nesta dissertação, estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo discorreremos sobre a Geografia Cultural Humanista, que nos embasa neste trabalho, fazendo um breve histórico acerca dessa corrente do pensamento geográfico. Apresentamos ainda uma breve descrição histórica da Vila Amazônia e da

Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, desde seu surgimento no início dos anos 1900, passando pela marcante presença dos japoneses na localidade, pela administração de J. G. Araújo, até o presente momento, quando passa a figurar como Projeto de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

No capítulo seguinte apresentamos o espaço rural, que por muito tempo foi tido como antagonico ao espaço urbano. Porém, mais que atrasado ou moderno, o espaço rural é vivido, imbuído de símbolos e significados que norteiam a vida dos sujeitos que vivem esse espaço no seu cotidiano. Fez-se ainda neste capítulo uma abordagem acerca das categorias Urbanidades no Rural e Campesinidade, que nos permitiram entender o contexto em que estão inseridos os moradores da comunidade de Santa Maria, com suas territorialidades e geograficidades vividas de forma peculiar em seu dia a dia.

No último capítulo, fazemos um remonte das transformações ocorridas na infraestrutura da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia baseada nos relatos dos moradores. Como ponto de partida deste capítulo, retomamos, de forma mais ampla, a discussão acerca da categoria lugar, na geografia humanista, a fim de corroborar as observações realizadas em campo. Apresentamos, ainda, a forma como os moradores da comunidade vivem sua geograficidade em meio às territorialidades híbridas instituídas pelas urbanidades no rural, e caracterizadas pelos níveis de campesinidade apresentados pelos seus modos de vida.

A exposição das observações de campo, associadas às categorias geograficidade, urbanidades no rural, campesinidade, territorialidade, espaço vivido e lugar, nos permitem um entendimento de um espaço geográfico que é vivido, e ultrapassa os limites teóricos do urbano e do rural, do campo e da cidade, mostrando modos de vida, camponeses ou não, que se moldam ao cotidiano imposto pelo espaço transformado, interagindo de forma intensa e recíproca com este espaço.

# CAPÍTULO I

## A GEOGRAFIA HUMANISTA E CULTURAL: PENSANDO O ESPAÇO VIVIDO EM VILA AMAZÔNIA

O espaço geográfico do mundo contemporâneo se caracteriza por uma dinamicidade constante. Distâncias são encurtadas por meio de tecnologias de comunicação. Redes se formam e se transformam todos os dias. Novas tecnologias surgem a todo instante e se encarregam de tornar a vida humana cada vez mais cômoda. Vivemos em um mundo onde os espaços de vida se tornam cada vez mais complexos, se eivando de inúmeros símbolos e significados que mudam incessantemente. Lugares, paisagens, espaços e territórios, outrora objetivados pela ciência geográfica, se tornam cada vez mais subjetivados pelas experiências de vida do homem contemporâneo. Tradicional e moderno, natural e artificial, o espaço geográfico tem se revelado um espaço múltiplo e dinamizado.

Na busca constante pela compreensão do espaço geográfico, os estudos em Geografia se transformam, tal qual o mundo que busca compreender. Correntes filosóficas que refletem sobre a cultura e a experiência humana tornam-se cada vez mais recorrentes na *épistémè* da ciência geográfica contemporânea. Mais do que estudar o espaço, hoje cabe refleti-lo e interpretá-lo. Segundo Edward Relph “[...] há tantas geografias quantas são as percepções do mundo” (*apud* GOMES, 2010, p.327) e com isso, ao geógrafo caberia a interpretação do modo como cada sociedade interage com o espaço ao seu redor, ou seja, caberia a interpretação das múltiplas percepções do mundo.

Inserido neste contexto, o espaço geográfico do Estado do Amazonas se mostra cheio de símbolos e significados que revelam a dinamicidade de modos de vida que ocorrem no interior de uma das regiões mais hiperbólicas que se conhece. Mitos e imaginário popular se misturam ao estilo de vida de sujeitos que ainda vivem um contato muito grande com o meio natural. Vemos um espaço geográfico que figura de forma híbrida entre o natural e o cultural, onde se vive o contato entre modos de vida de grandes centros urbanos e modos de vida tradicionais seculares dessa região.

Dentro do contexto amazônico, vislumbramos o modo de vida dos moradores da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, localizada na zona rural do município de Parintins/AM, onde se observa a latência da influência que a cultura humana exerce na produção e reprodução do espaço geográfico, vivido diariamente naquela localidade. A relação

homem-meio, muito estudada por diversas correntes da geografia, é impregnada de símbolos e significados que tornam únicos os modos de ver e viver o espaço geográfico por cada sujeito.

Compreender este espaço vivido requer uma Geografia que enleve a subjetividade de cada ser envolvido no contexto daquele lugar. Com isso, encontramos na Geografia Cultural Humanista uma corrente que busca a primazia da essência humana na interação com espaço geográfico. Por meio desta corrente de pensamento geográfico, vimos a sublimação do subjetivo, contrariando a objetividade reinante na ciência contemporânea, visando compreender o intrínseco existente na relação do homem com a Terra. Assim, através dessa geografia que se vive, que está incorporada no próprio existir humano, e não alheio a este, que tecemos nosso trabalho.

## 1.1 A Geografia Cultural Humanista: uma Geografia Humana

---

Passada por diversos momentos de grandes renovações do pensamento científico geográfico, engendradas pelas escolas clássicas da Geografia – principalmente as escolas alemã e francesa, além da anglo-saxã –, a geografia passa a enveredar pelas trilhas do pensamento marxista, a partir da década de 1960, em um horizonte de uma crítica radical, que se opõe à geografia tradicional e à geografia dita quantitativa ou pragmática, com a pretensão de formar uma nova ciência em acordo com as bases de uma nova sociedade. Vemos, neste contexto, o materialismo histórico e dialético como “o método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento” (GOMES, 2010, p. 281).

O pensamento marxista define uma nova atitude do cientista em sua relação com a sociedade, mas o leva a entender a natureza apenas como suporte para a reprodução do sistema social vigente e o homem como um ser social que só existe em função da sociedade. “A base do sistema materialista-histórico é dada pelas regras que determinam o tipo de relação de produção frente ao desenvolvimento das forças produtivas” (GOMES, 2010, p. 283).

A geografia passa a se firmar em um pensamento científico onde o estudo do homem se pauta nas relações de produção e o espaço se torna palco de conflitos onde a economia rege as interações geográficas da sociedade: “A geografia contribuiria para a compreensão das condições materiais da existência social e, portanto, da constituição de um modo de produção, levando em consideração a divisão territorial do trabalho” (GOMES, 2010, p. 296).

Neste contexto do pensamento geográfico passamos a vislumbrar novas possibilidades da pesquisa em geografia. Temas como rural e urbano, modo de vida e cultura, ganham espaço e destaque na geografia crítica marxista. O homem ganha lugar de destaque e a natureza passa a conotar como elemento secundário. A Geografia se firma como ciência humana, suprimindo em muito a dicotomia entre o natural e o humano existente no pensamento clássico da ciência geográfica. “A doutrina marxista deu a possibilidade às ciências sociais de desenvolverem modelos teóricos deterministas inteiramente concebidos na esfera do domínio social, isto é, independentes dos modelos das ciências naturais, que até então eram os únicos a propor modelos verdadeiramente racionalistas e objetivos”. (GOMES, 2010, p.284)

O horizonte marxista na geografia ganha muitos adeptos na produção dessa ciência no Brasil principalmente nos estudos acerca do território, do campo e da cidade, partindo do viés economicista da luta de classes. Com isso, as categorias campo e cidade acabam se tornando antagônicas: a cidade é o espaço das grandes transformações e avanços tecnológicos, símbolo da modernidade; o campo, por sua vez, figura como o espaço do tradicional, do arcaico e atrasado em relação à cidade. É difícil a contemplação do campo sem relacioná-lo à cidade. O Espaço Rural e o Espaço Urbano acabam se tornando características adstritas ao campo e à cidade, consecutivamente.

A predominância dos estudos em Geografia humana partindo do viés metodológico do marxismo, acabou por dissociar o homem da natureza, colocando esta em uma posição de suporte para as atividades produtivas daquele. O espaço passa a ser considerado um produto social, explicado a partir dos aspectos fundamentais que organizam a sociedade (GOMES, 2010). O campo e a cidade são vistos como espaços das lutas de classes, com seus signos e símbolos moldados a partir de cada grupo social, de cada classe em si.

A Geografia Marxista é fortemente associada como ciência humana, mas ainda não era humanista. O homem ainda fica restrito a análises objetivas que não consideram seu aspecto de sujeito geográfico, não consideram sua capacidade de conceber um espaço que transcende sua própria existência enquanto “ser no mundo”. É buscando compreender esta característica do homem que, a partir da década de 1970, começam a ganhar força os ensaios da geografia dita humanista.

A necessidade de uma geografia que buscasse na essência do homem o conhecimento geográfico se fez iminente, principalmente após a Segunda Grande Guerra. O marxismo geográfico começou a não satisfazer todas as indagações que o conhecimento geográfico buscava responder. O homem não podia mais ser encarado como um mero ator que atua de

forma instantânea provocado por um roteiro imposto por um sistema desigual. Ele é um ser geográfico que possui em sua essência uma geograficidade, que o liga intimamente à Terra, em uma relação concreta e existencial, como nos mostra Dardel em sua obra “*L’homme et la terre: nature de la réalité géographique*”, de 1952. É visando uma outra perspectiva para os estudos geográficos que, a partir da década de 1970, ganha força o movimento humanista na geografia.

Os geógrafos esgotaram o projeto de construção, por meio do marxismo, de uma ciência total. Trata-se, mais uma vez, de uma revolução científica de reconstrução da geografia. O humanismo começa a tomar cada vez mais espaço na ciência geográfica. Com a ascensão do humanismo, o geógrafo passa a se colocar como um observador privilegiado, capaz de interpretar (GOMES, 2010). A representação espacial passa a significar o resgate da inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem a partir de seus contextos próprios.

“A subjetividade do saber é um dos traços mais marcantes do humanismo [...]” (GOMES, 2010, p. 310), assim o espaço passa a ser compreendido através de significações variadas, ditadas a partir das experiências individuais que cada sujeito possui em relação a ele. Isto significa que a definição de espacialidade “não pode ser estabelecida através da objetivação de uma ciência racionalista” (GOMES, 2010, p. 310), contrapondo a corrente humanista ao positivismo da geografia pragmática e levando a ciência geográfica para além do materialismo histórico e da dialética marxista.

A retomada da leitura de Eric Dardel, tida como “libertadora”, ganha força pela escola americana e italiana da geografia a partir da década de 1980. Nesse contexto, aparece a forte influência da fenomenologia para nortear as pesquisas da geografia cultural humanista. O estudo do fenômeno em si permite ao geógrafo compreender o real significado do espaço geográfico, que se apresenta como um espaço vivido.

A concepção de espaço vivido, emerge como uma nova categoria de estudo das regiões, tomando o espaço a partir da dimensão da experiência humana dos lugares. A ordem simbólica passa, com o espaço vivido, a estruturar a concepção do espaço. É neste sentido que Edward Relph, um dos expoentes da Geografia Cultural Humanista, citado por Gomes (2010), expõe que há tantas geografias quantas são as percepções do mundo. A percepção do mundo, passa, então, a embasar a ideia do espaço vivido, tomando a fenomenologia como aporte filosófico desta concepção de espaço.

A fenomenologia proporciona à geografia a possibilidade de uma observação mais subjetiva do espaço geográfico. “O mundo não é um objeto [...]; ele é o meio natural e o campo

de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas”, segundo Merleau-Ponty (1994, p.6). Os diversos modos de vida, que influenciam e são influenciados pelo espaço circundante, são crivados de percepções individuais, que moldam um espaço vivido peculiar a cada região, engendrada por cada cultura que ali se instalou.

À geografia, a partir disso, cabe a interpretação dessas percepções, para que se entenda como se constitui o espaço vivido. Daí a importância da fenomenologia para auxiliar o geógrafo nessa tarefa de interpretação: cabe ao geógrafo a interpretação de todo o complexo jogo de analogias, de valores, de representações e de identidades que figuram neste espaço (GOMES, 2010, p. 312).

O mundo, cada vez mais dinâmico, avança para além de categorias geográficas impostas pela ciência objetiva. “O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo” (MERLEAU-PONTY, 1994, p.14). O urbano, o rural, o “desenvolvido”, o “atrasado”, as distâncias, os territórios, passam a permear por diversas conotações, que partem dos diversos olhares subjetivos que o indivíduo, culturalmente constituído, percebe em seu cotidiano.

Neste sentido, o lugar emerge como uma categoria geográfica opulenta, propensa às interpretações do geógrafo humanista. Segundo Livia de Oliveira, “o lugar na geografia, desde o início da geografia humanista, foi sempre a essência propriamente dita da ciência geográfica” (2014, p. 15, *in*: MARANDOLA JR; HOLZER; OLIVEIRA. 2014). Assim, o espaço vivido ocorre em um lugar, um lugar de vida, eivado de significados subjetivos, de símbolos e simbologias moldados pelas experiências que o indivíduo possui com este.

Além do lugar, outra categoria que ganha uma importância significativa com a geografia humanista é a geograficidade. Proposta por Dardel em 1952, a geograficidade permite ao geógrafo entender e interpretar o espaço vivido. A geograficidade pode ser concebida como uma relação concreta que liga o homem à Terra, um modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2011, p.1-2). Assim, entender o lugar e seu sentido, significa entender a geograficidade que paira sobre esse lugar, como algo que existe antes mesmo da concepção da razão ou da ciência. “[...] Antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em atos, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes”. (DARDEL, 2011, p.1)

É na relação intersubjetiva que ocorre a construção do lugar, uma vez que o mundo se mostra como um lugar de vida (NOGUEIRA, 2014, p.42). “Os espaços, todos adjetivados, uma vez apropriados, nomeados, se tornam lugares” (HOLZER, 2010, p.7), confirmando a tese de

Relph sobre o lugar, notadamente influenciado pela obra de Dardel. O espaço vivido se configura como lugar a partir da concepção de Relph e são experimentados na vida cotidiana a partir das experiências pessoais de cada indivíduo: “o lugar é o centro da ação e da intenção” (HOLZER, 2010, p.8)

Encontramos aqui, então, na geografia humanista, em sua metodologia de abordagem subjetivista, o aporte teórico ideal para entender um espaço complexo que permeia entre símbolos e significados de um espaço vivido construído e caracterizado como urbano e rural. É pelo entendimento de espaço vivido e de lugar da geografia cultural humanista que percorremos as vias da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, observando os modos de vida e territorialidades que ali se entrelaçam, e se mostram como lugares onde a poética bucólica do cotidiano do rural amazônico se esgueira pela infraestrutura urbana ali existente, onde a figura do homem rural amazônico se confunde com a imagem do homem urbano cidadão.

### **1.1.1 Espaço Vivido e Lugar na Geografia Humanista**

O lugar surge, na concepção da geografia humanista, quando o espaço geográfico genérico se transforma em um espaço específico moldado pelas acepções intrínsecas da cultura do indivíduo. A comunidade, até então desconhecida, passa a ser concebida como um espaço adjetivado, qualificado a partir das experiências cotidianas e se torna o lugar de vida de cada sujeito que ali vive. É assim que observamos o lugar chamado de Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Um espaço vivido, um lugar, onde se encontram encravadas as relações do indivíduo com um espaço construído e dinâmico, híbrido de rural e urbano.

O que é o lugar na Geografia Cultural Humanista? O que é este espaço vivido que surge como uma nova categoria de análise dessa ciência tão versátil que é a Geografia? Em que sentido o urbano e o rural se encaixam nas concepções de lugar e espaço vivido? Buscando entender como essas categorias se caracterizam na geografia humanista, traçaremos uma pequena reflexão sobre o lugar e o espaço vivido, que se tornarão pontos-chaves nas discussões posteriores acerca da geograficidade, das urbanidades no rural e da campesinidade na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.

No conceito de lugar está toda a base essencial que estabelece a geografia enquanto ciência. “As dimensões significativas do lugar, que na realidade é o sentido que se atribui a este ou àquele, são pensadas em termos geográficos a partir da experiência do habitar, do falar e dos ritmos e transformações”, segundo Oliveira (2014, p. 15, *in*: MARANDOLA JR; HOLZER;

OLIVEIRA. 2014). Com isso, o lugar se torna um elemento indissociável da própria existência humana, intrínseco à gênese do homem, imbricada em suas raízes mais primordiais. “O homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece” (MERLEAU-PONTY, 1994, p.6) e passa conceber seu espaço, seu lugar. “A importância do ‘lugar’ para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia... como em um único e complexo conjunto – enraizado no passado e incrementando-se para o futuro – e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista”. (TUAN, 1974, *apud* HOLZER, 2008, p. 141-142)

A partir da geografia cultural humanista, o lugar assume um papel importante nos estudos geográficos. Tuan e Relph, se apresentam como os principais expoentes da nova concepção de lugar proposta pela geografia humanista. Relph, em sua tese intitulada “*The Phenomenon of Place*”, de 1973, denota o lugar como o espaço qualificado e apropriado, nomeado, que passa a constituir predicativos que partem da experiência do homem em sua vida cotidiana, é o espaço vivido, definido por ele como:

[...] a estrutura íntima do espaço tal qual nos aparece em nossas experiências concretas de mundo como membros de um grupo cultural, ele é intersubjetivo, e portanto permeia a todos os membros daquele grupo, pois estes foram todos socializados de acordo com o conjunto comum de experiências, signos e símbolos (RELPH, 1976, p. 12 *apud* HOLZER, 2010, p. 7-8)

Para Tuan, em seu “Espaço e Lugar”, o “espaço” é mais abstrato que o “lugar”:

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. [...] Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 2013, p. 14)

Notório se torna a concepção de lugar a partir da ideia de espaço vivido proposta por Dardel em 1952. O lugar na geografia humanista emerge de sua íntima ligação com a experiência. Os estudos do lugar por essa corrente de pensamento geográfico partem da valorização das relações afetivas que os indivíduos possuem com o espaço que os cerca. É o espaço vivido que se torna lugar. São as experiências individuais que tornam o espaço geográfico em lugar: “[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (RELPH, 1979, *apud* LEITE, 1998, p.10).

Temos o lugar, então, enquanto espaço vivido, como pausa do movimento do espaço geográfico, que se eiva de símbolos e significados, marcando e marcado pelos modos de vida dos indivíduos que o experienciam em seus cotidianos. Subjetivo, e não objetivo como fora

estudado por outras correntes de pensamento geográfico. A partir deste sentido de lugar, vimos a Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia como um lugar que vai além do urbano e do rural ali existentes. A concepção dos moradores, a partir de suas narrativas expostas durante entrevistas, revelam um lugar que mescla modos de vida rural e urbano em um mesmo espaço, convivendo de forma harmoniosa e entrelaçada no cotidiano daquelas pessoas.

## 1.2 A Vila Amazônia: o lugar e o espaço vivido

---

Ao vislumbrar o espaço geográfico nos deparamos com inúmeros lugares. Cada lugar se constitui em um espaço onde o homem projeta seus significados, onde vive seu cotidiano. O espaço genérico se amolda enquanto lugar quando passamos a vive-lo, a experienciá-lo, quando a geograficidade intrínseca ao homem se manifesta em sua relação com a Terra.

O lugar chamado Vila Amazônia, possui uma vasta história calcada em construções, desconstruções e reconstruções de modos de vida. Ao permear pela história da Vila Amazônia, consideraremos a importância da imigração japonesa na configuração do espaço local da Vila, a importância da juta e o papel de J. G. Araújo na construção do espaço vivido na Vila, e a atual característica espacial do Projeto de Assentamento Vila Amazônia.

### 1.2.1 O Lugar contado: a Vila Amazônia no relato de um morador antigo

O lugar preserva uma memória que permanece em traços encravados em sua paisagem. A história de cada lugar é repassada de geração a geração, para além dos documentos escritos, marcada na memória que é transmitida de pai para filho... oralidade que leva as gerações posteriores a experienciarem o espaço precedente por meio dos relatos daqueles que viveram este espaço em seu cotidiano pretérito. Desta forma, tomando por base Tuan (2013), veremos a Vila Amazônia como um lugar no tempo, pautado na ideia de lugar como lembrança de tempos passados.

“A memória é tida como tradição definidora, portadora de uma herança que dá sentido e forma, é viva e dinâmica” (ARÉVALO, 2004), por isso, muito mais que história, a memória transmite a essência do vivido aos receptores, aqueles que vivem os tempos ulteriores do espaço vivido, do lugar no tempo. “As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade” (TUAN, 2013, p. 227). É nesse sentido, que damos ênfase à história/memória do lugar chamado Vila Amazônia contado

pelo senhor Zeferino, 70 anos, aposentado, morador da comunidade de Santa Maria, que vive neste lugar desde seu nascimento, na década de 1940, e ouviu de seus genitores muito de suas memórias sobre este espaço vivido.

São Zeferino, como é popularmente conhecido no local, possui manuscritos produzidos por ele mesmo onde resolveu escrever suas memórias e as memórias de seus predecessores, como forma de deixar para as gerações futuras os relatos da história local a partir da ótica daqueles que viveram e experienciaram o cotidiano do lugar conhecido como Vila Amazônia. Estes relatos, escritos e rabiscados pelo senhor Zeferino e por familiares que o ajudam nessa atividade, se tornam uma obra da memória do lugar, uma chama que este senhor, por meio de sua geograficidade, quer deixar sempre viva em seu lugar de vida.

Partindo, então, dos relatos deste icônico morador do lugar, o senhor Zeferino, a região da conhecida Vila Amazônia de hoje foi terra devoluta comprada por uma senhora de nome Maria, no início do século passado, com a finalidade de trabalhar naquelas terras para sustentar sua família, extraindo matéria-prima vegetal, como óleos e essências de árvores, frutos e madeira. São Zeferino, relata que a senhora Maria comprou as terras de Vila Amazônia do governo do estado do Amazonas e se instalou juntamente com cerca de vinte famílias ali. Esta senhora, segundo o Sr. Zeferino, trabalhava com a exploração da floresta, extraindo óleos e madeira, que eram vendidas para os navios a vapor que navegavam pelas águas do rio Amazonas na época, citando o nome de alguns – Barão, Manauense, Ajuricaba, Chatinha.

As famílias instaladas no local com a senhora Maria, chamaram o lugar de Vila da Povoação, sendo este o primeiro nome da Vila Amazônia. Após anos trabalhando nas terras da Vila da Povoação, a senhora Maria, cansada de trabalhar, segundo relato do Sr. Zeferino, vendeu suas terras para um senhor, conhecido como Coronel Batista, que mudou o nome do lugar para Vila Batista. Por muito tempo, o Coronel Batista explorou a região da Vila Amazônia, “devastando a floresta”, como fala o sr. Zeferino. Durante o período de permanência do Coronel Batista nas terras da Vila Amazônia, ainda chamada de Vila Batista, uma grande comunidade rural se estabeleceu na localidade. Após alguns impasses entre o Coronel Batista e o governo do estado do Amazonas, por causa das atividades de exploração intensa da natureza pelo Coronel, as terras foram tomadas dele pelo governo, conta o Sr. Zeferino.

Entre os anos de 1928 a 1930, conta o sr. Zeferino, o governo japonês e o governo brasileiro entraram em um acordo e concederam terras da Amazônia para migrantes japoneses, que se estabeleceram no estado do Amazonas e no estado do Pará, até Belém. O sr. Zeferino fala que os antigos diziam que os migrantes japoneses se estabeleceram na Vila Amazônia com

cerca de vinte famílias, trazendo consigo caboclos das regiões circunvizinhas para trabalharem com eles nas terras da Vila Amazônia. Apesar de serem letradas e terem suas “profissões”, conta Zeferino, as famílias japonesas trabalhavam na agricultura, com o auxílio dos caboclos da região.

Nas falas do sr. Zeferino, mescladas suas memórias e as memórias dos antigos, notamos uma Vila Amazônia que prosperava com os japoneses, mas não se mostrava tão atraente para os caboclos da região, que estavam ali para trabalharem para os migrantes.

“Era uma tristeza a vida naquela época... tinha muita pobreza para os caboclos”  
(Trecho do relato do Sr. Zeferino, 70 anos, aposentado)

Os japoneses vieram como donos da Vila Amazônia e os “caboclos da região” eram como empregados deles, enfatiza São Zeferino. Os japoneses construíram muitos prédios na Vila Amazônia, entre casas e outros, tendo chamado a atenção do São Zeferino um lugar chamado de pagode (Hakoo Kaikkan) (Figura 01), uma espécie de centro de convivência dos migrantes, que fora erguido em madeira e taipa, sem a utilização de pregos, segundo seu relato.



**Figura 01:** Hakoo Kaikkan, templo e centro cultural (1936). Fonte: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/eventos/seminarios-de-integracao-produtiva/manuel/apresentacoes-dos-palestrantes/demais-mesas-de-debate/sala-4-11-09-tarde/palestra-de-tsuyoshi-miyamoto>>, acesso em 26 nov. 2015.

Observamos uma Vila Amazônia urbanizada, segundo as falas do sr. Zeferino, um lugar cuja paisagem contrasta com a região natural que o cercava. A memória dos antigos moradores do lugar, refletida pela memória do São Zeferino, apresenta um lugar de contrastes, tanto sociais quanto culturais e físicos. Os plantios se estendiam floresta adentro por cerca de doze quilômetros a partir do vilarejo erguido na Vila Amazônia, que deixou de ser Vila Batista quando os migrantes japoneses construíram o prédio do chamado Instituto Amazônia, que seria

como uma sede administrativa daquela localidade. A Vila Batista então passa a ser conhecida como Vila Amazônia, por causa do Instituto, segundo o sr. Zeferino.

Podemos falar de uma geograficidade experienciada pelos migrantes japoneses e pelos “caboclos da região” por meio da memória do lugar ilustrada pelos relatos do sr. Zeferino. A terra, enquanto lugar de trabalho se apresentava com significados diferentes pautada na cultura de cada indivíduo que ali viveu o lugar em seu cotidiano. O espaço construído levando em conta o sentimento de afeição que atrelava o migrante ao seu lugar de origem, sua terra natal, mesclava-se à paisagem natural, modificando a estrutura física do lugar, tornando-o seu, com seus traços culturais. A terra de trabalho para a prosperidade, na visão do migrante japonês, e a terra de trabalho para a sobrevivência, na ótica do “caboclo da região”, dividiam o mesmo espaço vivido, com base nas narrações do Sêo Zeferino.

A Vila Amazônia, enquanto espaço vivido, deixou de ser um lugar de migrantes japoneses, que viam na terra a possibilidade de prosperidade econômica social, e passou para a posse de um outro dono, que adquiriu a propriedade das terras junto ao governo do Amazonas, segundo conta Zeferino. Falamos agora de uma outra Vila Amazônia, que passa a viver uma outra experiência com a chegada de um senhor português conhecido como J.G. Araújo, que comprou as terras que estavam sobre a posse dos japoneses após a expulsão destes durante a Segunda Grande Guerra.

Pouco se tem da memória da Vila Amazônia no período que vai desde a saída dos japoneses no início dos anos 1940 até a década de 1980, quando passa a ser assentamento do INCRA. Segundo os relatos do sr. Zeferino, em agosto de 1946, no dia de seu nascimento, chegou nas terras de Vila Amazônia o Sr. J. G. de Araújo, que havia adquirido aquelas terras após terem sido leiloadas como espólio de guerra. A partir da chegada desse português, que tinha muitas propriedades em Manaus e em algumas cidades do interior do estado do Amazonas, a Vila Amazônia passou a viver uma nova fase em sua economia local e nas transformações do espaço vivido.

“O Português veio e trouxe cerca de sessenta famílias em um navio de nome Novo Aripuanã e uma lancha por nome de Andorinha, onde ele morava com sua família...”  
(Trecho do relato do Sr. Zeferino, 70 anos, aposentado).

A chegada de J. G. Araújo marcou a história da Vila. Segundo o sr. Zeferino, nos primeiros dias de sua chegada ele reuniu os moradores que residiam na localidade e disse que ele estava comprando aquelas terras e que tinha muito dinheiro para movimentar a economia da Vila Amazônia. Araújo, segundo relata Zeferino, disse que iria erguer a economia do local por meio da agricultura.

Foi J. G. de Araújo quem mudou o nome da Vila Amazônia para Santa Maria de Vila Amazônia, segundo conta Zeferino, isso porque o Português era devoto de Santa Maria de Fátima, que inspirou o novo nome da localidade. As mudanças foram para além do nome. As estradas abertas pelos japoneses foram ampliadas e receberam pavimentação, muitas pessoas chegaram na Vila Amazônia na expectativa da mudança que o novo cenário da localidade apresentava, foi criada uma olaria que viria a permitir a construção de casas de alvenaria na localidade, mudando a paisagem daquele espaço construído.

Além das transformações da infraestrutura, a administração de J. G. de Araújo na Vila Amazônia, segundo relata Zeferino, houve uma grande mudança nas práticas agrícolas ali empreendidas. Araújo diversificou as atividades econômicas da Vila. Trabalhou com pecuária, plantio de cana, plantio de mandioca, extração de madeira, apicultura, cultivo de pimenta do reino, fabricação de tijolos, dentre outras. Mas, apesar dessa diversificação, J. G. continuou apostando na juta como um dos principais produtos a serem comercializados, segundo Zeferino, trazendo da Inglaterra uma máquina para prensagem desta fibra para a exportação. A juta transformou o espaço da Vila Amazônia. Muitos barcos atracavam nos dois portos construídos às margens do rio Amazonas e à margem do paraná do Ramos, intensificando a circulação de pessoas e mercadorias. Um outro espaço se constituiu por causa da fibra. As imagens a seguir talvez ilustrem este “espaço da juta”, corroborando as falas do sr. Zeferino.



**Figura 02:** Juta secando nos varais na década de 1960. Fonte: <<http://www.canalciencia.ibict.br/pesquisa/0229-Imigracao-japonesa-amazonia-agricultura.html>>. Acessada em 11 dez. 2015.



**Figura 03:** Transporte da fibra de juta após a secagem na década de 1960. Fonte: <[http://www.canalciencia. ibict.br/pesquisa/0229-Imigracao-japonesa-amazonia-agricultura.html](http://www.canalciencia.ibict.br/pesquisa/0229-Imigracao-japonesa-amazonia-agricultura.html)>. Acessada em 11 dez. 2015.

Ao observar bem atentamente as falas do sr. Zeferino, notamos que a relação com o espaço vivido em Vila Amazônia agora é outro: a terra de trabalho dos japoneses agora é a terra de trabalho dos “caboclos da região”. Mesmo pertencendo a um único dono legalmente, as terras de Vila Amazônia possuíam um significado muito grande de afeto pelos moradores que ali se estabeleceram. Eram afeições que se evidenciaram nas narrações de um senhor de quase setenta anos de idade que viveu toda a sua vida naquele lugar. Talvez por ter experienciado a Vila na fase de J. G. Araújo, fica mais perceptível os detalhes nas falas de Zeferino quando relata sobre esta época.

Muitas coisas ainda foram relatadas pelo sr. Zeferino, muito conhecido na localidade por ainda manter consigo essas informações que contam a memória da Vila Amazônia, porém, é mais importante perceber a forma como o espaço vivido vai se transformando ao longo desse grande período narrado por ele. É notório que, desde a chegada dos japoneses à Vila, pelas falas de Zeferino, este espaço sempre foi marcado pela presença do urbano em meio ao rural, o que influencia diretamente na forma como as pessoas que ali viveram, e vivem, concebem seu espaço vivido, ou seja, como elas viveram suas geografidades em meio a um espaço tão dinâmico. Eis uma das essências que nortearam nossa pesquisa.

Assim, percebemos através da memória do lugar nas narrativas do sr. Zeferino, que o espaço vivido em Vila Amazônia esteve em constante mudança, provocando geografidades que lidavam com um espaço em que o meio natural interagiu constantemente com um espaço

construído por culturas de sociedades bastante distintas, provocando o surgimento de territorialidades híbridas onde rural e urbano caminhavam lado a lado.

### **1.2.2 A Gleba de Vila Amazônia: uma breve apresentação**

A Gleba de Vila Amazônia, que corresponde ao Projeto de Assentamento Rural coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Constituída de aproximadamente trinta comunidades rurais, segundo dados não oficiais obtidos da prefeitura de Parintins, que se interligam por estradas, a gleba de Vila Amazônia compreende uma porção de terras com setenta e oito mil hectares, localizada à margem direita do Rio Amazonas e do Paraná do Ramos, próximo à sede do município de Parintins/AM.

O Projeto de Assentamento da Vila Amazônia foi criado através do processo nº 1443/96, desapropriação por interesse social, Portaria MIRAD nº 1404 de 26 de outubro de 1988, com uma área de 78. 270 hectares, pelo Decreto nº 94.969 de 25 de setembro de 1987, Número 2092, Ofício 1º, Livro 02 – H, Folhas 159, Registro 001, data 02 de março de 1988, Comarca de Parintins/AM.

Desde a vinda dos japoneses em 11 de março de 1927, para realização de um projeto agrícola na Vila Amazônia, a produção e reprodução de tal espaço sempre estiveram vinculadas à colonização pelo Governo, o qual na época destinou um milhão de hectares de terras. E atualmente o INCRA investe em um projeto de Assentamento na localidade. (RODRIGUES e ALBUQUERQUE, 2005)

Ao longo dos últimos vinte anos uma gama considerável de políticas públicas tem levado infraestrutura urbana para as comunidades da gleba de Vila Amazônia. Programas de governo como o “Luz para todos”, têm criado outras possibilidades e vivências diferenciadas aos moradores das localidades onde a energia passa a compor o cotidiano das pessoas. Outros aparelhos urbanos inseridos no cotidiano dos moradores dessas comunidades passam a modificar o modo como essas pessoas se relacionam com o meio. A terra, a água e a floresta ganham outros significados a partir do momento em que o urbano é inserido no rural.

Mas a ocorrência do urbano na Vila Amazônia não é um fato tão contemporâneo. A concessão das terras de Vila Amazônia para compor o projeto de colonização por imigrantes japoneses na década de 1930, fez com que essa pequena porção da Amazônia experimentasse um nível de infraestrutura que foi ímpar, em relação às demais áreas rurais dessa vasta região. Mais adiante vamos falar um pouco mais sobre a presença japonesa em Vila Amazônia.

Embora a presença do urbano seja uma característica marcante em diversas comunidades da Gleba de Vila Amazônia, como se observa em Silva (2015), ainda encontramos muitas relações que se assemelham àquelas tidas como camponesas, que não se amoldam às relações do capital, e determinam a forma como os sujeitos desses lugares concebem seu espaço vivido. Quando não possuem terras de cultivo ou criação fora de seus terrenos de domicílio, alguns moradores dessas localidades cultivam em canteiros nos quintais de suas casas alguns insumos para consumo próprio (figura 04).



**Figura 04:** Canteiro suspenso no quintal de uma residência na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A presença do urbano não afasta as características rurais nessas comunidades. Porém, fica evidente que o nível de camponesidade, como proposto por Woortmann (1990), sofre perda significativa entre os moradores das comunidades onde as urbanidades no rural se tornam mais evidentes. Os laços primordiais, ou de parentesco, que nas comunidades camponesas são “*el principio organizador y director de la organización social*” (ALAVI, 1976, p. 63), começam a dar vez às relações do capital, típicas dos centros urbanos.

Com isso, vemos que a ocorrência das urbanidades no rural não é um fato único da Comunidade de Santa Maria, mas ocorre, em diferentes escalas, em outras Comunidades da Gleba de Vila Amazônia.

### **1.2.3 A juta e a urbanização japonesa em Vila Amazônia**

O projeto de colonização empreendido pelos japoneses na região criou uma estrutura que apresentava desde arruamentos até esgoto e água encanada, além de um hospital moderno

para a época. Souza (2011) nos fala como ocorre o início do processo de colonização japonesa na Vila Amazônia, destacando a ideia da constituição de uma cidade na localidade:

Em 1930, vinte técnicos vindos de São Paulo juntamente com o Sr. Tsukasa Uyetsuka (deputado federal em Tóquio), responsável pela implantação da colônia nipônica, aporta em Vila Batista (primeiro nome de Vila Amazônia) [...]. Os técnicos japoneses iniciaram a construção do núcleo, que passaria a ser o embrião da cidade a ser construída para receber famílias oriundas no Japão, e, ao mesmo tempo, implantaram o Instituto Amazônia. (SOUZA, 2011, p. 123)

A presença dos japoneses em Vila Amazônia representou uma grande transformação no espaço vivido daquele lugar. Apesar dos colonos nipônicos trabalharem em atividades ligadas ao setor primário da economia, o que os torna exímios agricultores na região, o objetivo da colonização era criar uma cidade japonesa em meio à Amazônia. As territorialidades provocadas pelas diferenças culturais entre os colonos e os nativos provocava desconforto na relação entre eles. Souza (2011, p. 124) relata essa situação onde se tinha “um território ambíguo na sua gênese” onde os colonos preservavam “a todo custo as tradições do longínquo Japão, que tinham deixado para vir fixar-se em solo amazônico brasileiro” (SOUZA, 2011, p. 124).

Embora as diferenças culturais criassem territorialidades distintas, o espaço nipônico na Vila Amazônia se configurou como um espaço moderno, inclusive superando, em infraestrutura, a própria cidade de Parintins:

Em Vila Amazônia foi construído o que Parintins não possuía. [...] Em Vila Amazônia, os nipônicos implantaram um hospital [...]; uma escola de excelente qualidade [...]; um templo para as reuniões [...]; olarias, serrarias, armazéns e casas para os trabalhadores da companhia. [...] eles implantaram um sistema de esgoto (tipo bueiro) para o escoamento da água pluvial. Com o crescimento da produção de juta, o porto de Vila Amazônia tornou-se importante, passando a receber os navios e os aviões catalinas, que ali passaram a aquatizar. (SOUZA, 2011, p. 130)

A juta, como mola propulsora do desenvolvimento econômico e da organização estrutural da Vila Amazônia, fez com que a colônia japonesa prosperasse e se sobrepusesse à própria cidade de Parintins, ganhando destaque à época e alavancando a economia da região, como diz Souza (2011, p. 128). Apesar de ser o carro-chefe da produção nipônica na Vila Amazônia, os colonos imigrantes não ficaram restritos apenas a sua produção. “Nas colônias de produção da terra firme produziram, consorciados com a floresta, abacaxi sem espinho, milho, mamão, guaraná etc.; praticavam o extrativismo, coletando: castanha do Brasil, sorva, látex, madeira, etc..” (SOUZA, 2013, p. 114). Mas, a juta potencializou a economia da colônia japonesa, segundo Souza (2013).

Com a crescente produção agropecuária, o Instituto passou para a razão de Companhia Amazonense, onde foi investido um milhão de ienes. Como companhia passou a abastecer São Paulo com fibras de juta para a indústria têxtil fabricar sacas de armazenar café, passou a ter plantações de juta até São Paulo de Olivença no Alto Solimões. Mantinha filial no nordeste brasileiro e até na Grande São Paulo. Outro compromisso da Companhia era a produção de fibras para atender a indústria têxtil do próprio Japão. (2013, p. 115)

O fim do projeto de colonização japonesa devido à Segunda Grande Guerra, não significou o fim da economia da juta. Após a saída dos japoneses das terras de Vila Amazônia, na década de 1940, o empresário J. G. Araújo assumiu a administração do lugar e continuou com os trabalhos com a juta na região. Sob a administração de J. G. Araújo, a Vila Amazônia experimentou uma nova onda de urbanização. No ano de sua chegada àquelas terras, o empresário português construiu uma casa de veraneio que se tornou o símbolo de sua presença no local (figura 05).

Além do casarão, J. G. Araújo auxiliou financeiramente muitos migrantes que chegaram para trabalharem em suas terras na construção de suas casas. As residências de J. G. e de seus trabalhadores, erguidas na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, que ficou sendo a sede da administração das terras de Vila Amazônia, seguiram um padrão de ordenamento em quadras, com arruamentos pavimentados em concreto, segundo relatos de moradores antigos da comunidade.



**Figura 05:** Casarão de J. G. Araújo em Vila Amazônia – Foto: Heitor Costa, 2012.  
Disponível em: <<http://oeldoradoequi.blogspot.com.br/2012/07/parintins.html>>, acessado em 04 set. 2015.

Durante a administração de J. G. Araújo em Vila Amazônia, muitas famílias vieram de terras distantes para trabalharem naquelas terras, inclusive com a juta. Mas, a juta não manteria a economia da Vila por muito tempo. A partir da década de 1960, a cidade de Parintins se ergueu com a juta, tendo sido construídas fábricas de sacarias, como a Fabril Juta (1967), que incentivou a produção da fibra em outras comunidades da zona rural de Parintins, fazendo frente à produção da Vila Amazônia. A decadência da administração J. G. Araújo, a partir da década 1970, fez com que o crescimento e a economia de Vila Amazônia entrassem em recessão.

Em 1967, o empresário J.G. Araújo, proprietário de Vila Amazônia, vendeu aos chineses e estes implantaram uma fábrica de papel chamada PAPELAMAZON, tendo por finalidade transformação da imbaúba em papel. Porém, viram a dificuldade de plantação deste vegetal e, em dois anos, abandonaram o projeto devolvendo a Vila Amazônia ao empresário J.G. Araújo. Este vendeu, no início da década de 1970, aos empresários de Belém. A partir deste momento entrou em decadência e todo patrimônio arquitetônico transformou-se em ruína. (SOUZA, 2013, p. 116)

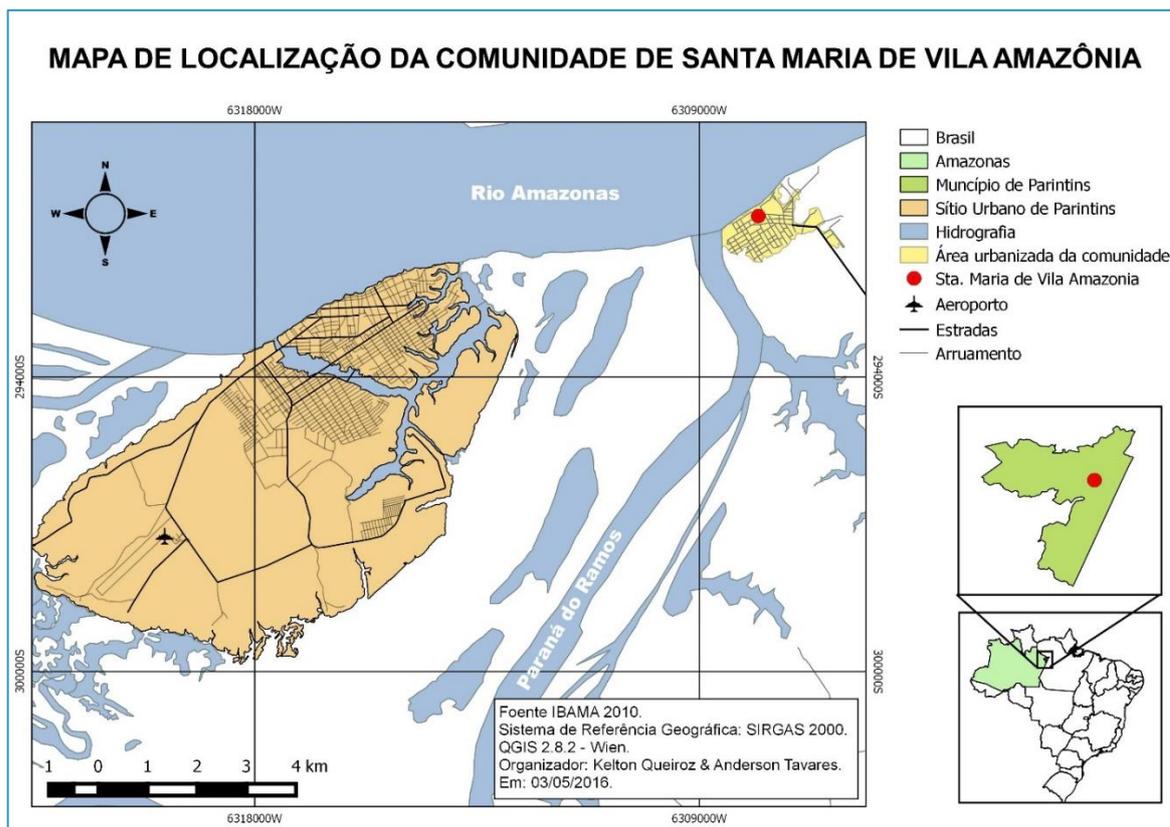
Ao fim na década de 1980, a economia da juta chega ao fim no município de Parintins e as terras de Vila Amazônia passam para o governo federal, que iniciou a implantação do projeto de assentamento agrário que perdura até os dias de hoje. “Vila Amazônia foi transformada em área federal de assentamento no final de 1980 e início de 1990, sofrendo transformação pelo processo de ocupação e assentamento, sendo considerada, pelos moradores, um bairro da cidade de Parintins” (SOUZA, 2013, p. 117).

Apesar dos altos e baixos na economia, as comunidades da Gleba de Vila Amazônia, encabeçadas pela comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, experimentam um espaço geográfico que permeia entre rural e urbano. A juta permitiu a inserção do capital nos modos de vida de características camponesas que levou às pessoas que vivem esses lugares diariamente uma experiência de geograficidade pautada em níveis diferentes de campesinidade.

### 1.3 A Comunidade de Santa Maria: o epíteto da Vila Amazônia

---

A história da Vila Amazônia em muito fica restrita aos acontecimentos ocorridos na comunidade de Santa Maria, pelo fato desta comunidade servir como uma espécie de sede da Gleba de Vila Amazônia, inclusive sendo vista como tal pelos moradores das comunidades da Gleba e de órgãos oficiais, como o INCRA. Nesta breve apresentação, falaremos um pouco e mostraremos algumas imagens dessa comunidade, também conhecida como núcleo urbano da Vila, ou apenas pelo próprio nome de Vila Amazônia, ficando o restante das comunidades da Vila reconhecidas como Gleba de Vila Amazônia.



**Figura 06:** Mapa de Localização da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Fonte: IBAMA, 2010. Organização: Kelton Queiroz e Anderson Tavares, 2016.

A comunidade de Santa Maria (figura 06), enquanto “sede” e “núcleo urbano” da Vila Amazônia, também já foi chamada de bairro de Parintins, tendo em vista esta comunidade possuir uma infraestrutura urbana equivalente a outros bairros da cidade.

Hoje, a comunidade de Santa Maria, possui uma subestação de abastecimento de energia elétrica com grupo gerador (figuras 07 e 08) que é responsável pelo fornecimento de energia para todas as comunidades que se interligam por meio da estrada da Vila. A taxa varia de acordo com a comunidade, conforme informações obtidas junto à gerência da Amazonas Energia na localidade, sendo paga uma taxa pequena que oscila de residência para residência variando conforme o consumo do imóvel.



**Figura 07:** Posto da Amazonas Energia S/A na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 08:** Subestação da Amazonas Energia S/A na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A energia elétrica, de acordo com o que percebemos ao longo da pesquisa, é um dos principais fatores que influencia no modo de vida dos moradores da comunidade. Durante as observações *in loco*, vimos que muitos dos moradores da comunidade de Santa Maria praticam mais a agricultura como forma de subsistência, pois estão habituados à comprarem os insumos em mercearias locais, em açougues e na feira montada próxima à área que serve como porto da comunidade, e depois estocam em geladeiras ou freezers para serem consumidos posteriormente, uma prática típica do modo de vida urbano contemporâneo.

Outros equipamentos urbanos fazem parte da paisagem do espaço construído da comunidade de Santa Maria, como posto de saúde, escolas, abastecimento de água por meio de rede de encanamentos, rede de telefonia pública (figura 09), arruamentos pavimentados, entre

outros. Segundo constatamos ao longo de nossas observações, o fator “urbano” tem influenciado fortemente na migração e na expansão do espaço desta comunidade.



**Figura 09** – Telefone Público disponibilizado em uma esquina na Comunidade de Santa Maria.  
Foto: Anderson Tavares, 2015.

No final do ano de 2014, a comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia experimentou um fenômeno típico dos centros urbanos brasileiros: a ocupação irregular de terras, conhecida popularmente como “invasão”. As terras próximas à escola “Tsukasa Uyetsuka” (figura 10), foi ocupada irregularmente por pessoas que vieram de outras comunidades da Gleba, de outras localidades do interior do município de Parintins e, até mesmo, da sede do município (figuras 11 e 12).



**Figura 10:** Escola Tsukasa Uyetsuka – Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 11:** Foto da área ocupada irregularmente nos arredores da escola Tsukasa Uyetsuka, na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A palavra de ordem dos ocupantes era “terra para trabalho”, porém, segundo relatos de alguns moradores da comunidade, como o sr. Aureliano, 50 anos, que trabalha com extração de madeira de um terreno de sua propriedade distante cerca de 5km do núcleo da comunidade e vive há mais de 30 anos ali, muitas pessoas que nem eram agricultores, ou trabalhadores do campo, participaram da “invasão” das terras. Pessoas que vivem na cidade de Parintins, também ocuparam as terras, no intuito de garantir um terreno para fazer de sítio, como pode ser constatado junto à liderança da comunidade, que fez um levantamento informal sobre esse tema.



**Figura 12:** Foto da área ocupada irregularmente nos arredores da escola Tsukasa Uyetsuka, às margens da estrada que interliga às comunidades da gleba de Vila Amazônia, na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A ocupação se consolidou e constituiu uma associação comunitária própria, como pode se constatar através de placa erguida na entrada da ocupação, que intitulou a área ocupada irregularmente como “Bairro Independência” (figura 13).



**Figura 13:** Placa erguida na entrada da área que foi ocupada irregularmente no mês de outubro de 2014. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A organização da área ocupada estabeleceu os lotes e as ruas que, inclusive, já possuem nome (figura 14). Muitos terrenos ainda não possuem construção, tendo apenas uma placa indicando o nome do “dono” do lote (figura 15); mas, outros já possuem, inclusive, casas em alvenaria (figura 16).



**Figura 14:** Placa sinalizando nome de uma das ruas organizadas pela associação comunitária do bairro Independência. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 15:** Terreno na ocupação irregular na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia indicando apenas o nome do ocupante. Foto: Anderson de Souza Tavares, 2015.

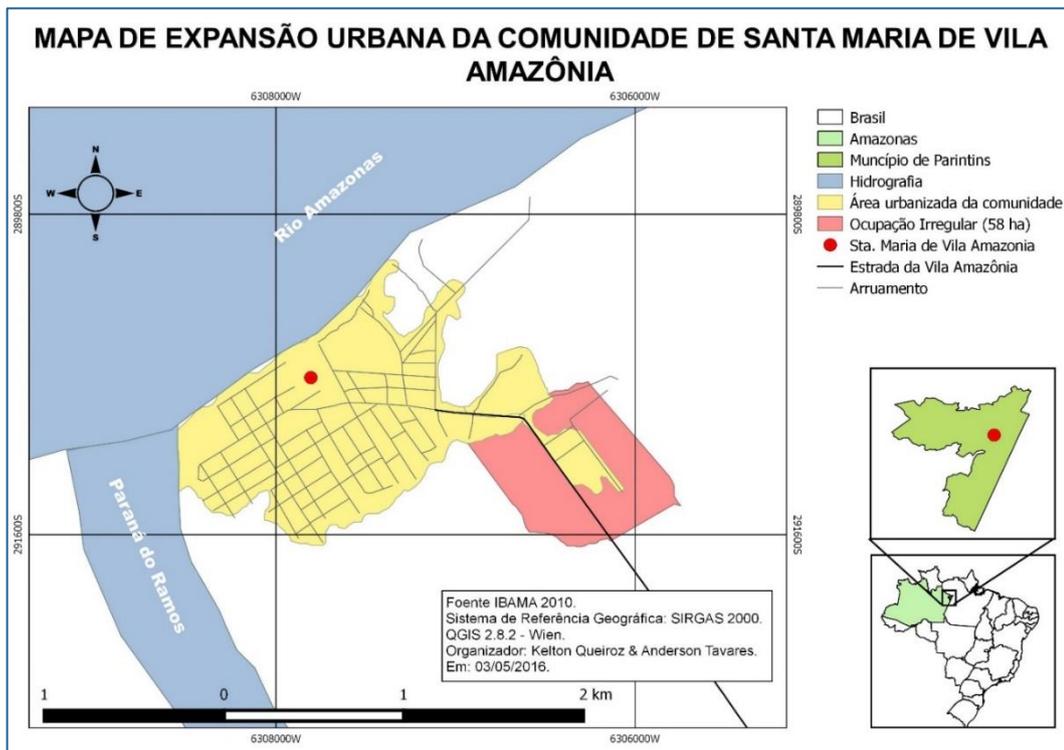
Esta ocupação tem dividido opiniões entre os moradores mais antigos da comunidade de Santa Maria. Alguns apoiam a ocupação, argumentando que as terras da Vila Amazônia devem servir para quem não tem terra para trabalhar. Outros, porém, não se sentem confortáveis perante a ocupação, alegando que este é o início de uma grande mudança na vida da comunidade.



**Figura 16:** Terrenos na ocupação irregular na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia com construção de moradias em alvenaria e madeira. Foto: Anderson de Souza Tavares, 2015.

É difícil afirmar o quanto este fenômeno tem influenciado no modo de vida dos moradores da comunidade de Santa Maria, porém, sabe-se que, como os demais fenômenos provocados pelas urbanidades no rural na localidade, a ocupação irregular tem provocado mudanças na forma como os sujeitos do lugar percebem e concebem seu espaço vivido. O mapa

a seguir (figura 17) mostra uma projeção da área ocupada irregularmente na comunidade de Santa Maria.



**Figura 17:** Mapa da expansão urbana da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Fonte: IBAMA, 2010. Organização: Kelton Queiroz e Anderson Tavares, 2016

Andando pelas ruas da comunidade de Santa Maria, conversando com os moradores, vemos, em um primeiro momento, uma localidade em que a hibridez entre rural e urbano proporciona ao pesquisador o vislumbre de um espaço geográfico marcado por características únicas, onde rural e urbano não se sobrepõem entre si, mas permanecem em harmonia no modo de vida das pessoas que ali vivem.

## CAPÍTULO II

### ENTRE O RURAL E O URBANO? URBANIDADES NO RURAL E CAMPESINIDADES NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA

No dualismo Campo x Cidade, desde o fortalecimento da industrialização, que teve como consequência o fortalecimento do capitalismo, o campo (ou meio rural), ficou marcado como um espaço antagônico à cidade (ou meio urbano). “O urbano representava o símbolo da modernidade e de desenvolvimento e o rural aparecia como símbolo do atraso cultural, social e econômico” (MARTINS e SOUZA, 2010, p. 38). Essa forma de pensar o rural, segundo Rua (2006), levou à uma apropriação desse espaço pelo Capital por meio da inserção da técnica e da modernização do processo produtivo, sempre embasado pela ideia de que o campo é um lugar a ser explorado e transformado.

A ideia de “evolução”, muito forte no Capitalismo, norteou muitas empreitadas do Estado brasileiro com foco para o espaço rural do país. Políticas Públicas de infraestrutura tomaram a frente de muitas políticas estatais voltadas para o campo no Brasil. Parece haver uma necessidade de tirar o campo do atraso, de levar a modernidade e o desenvolvimento para essa área, que vai além da modernização, ou mecanização, da produção, que ocorreu a partir da década de 1950.

Programas de governo, como o “Luz para todos”, possibilitaram a chegada de energia elétrica a áreas rurais afastadas dos centros urbanos, além de facilitar a implementação de rede de abastecimento de água, muitas vezes extraídas de poços artesianos, que leva água encanada para a casa dos moradores dessas áreas. Algumas comunidades rurais, além da energia elétrica, receberam pavimentação de vias, construção de postos de saúde, escolas com equipamentos de informática e acesso à internet, além de serviço de telefonia fixa e móvel.

A partir dessas inserções de aparelhos urbanos, visando o desenvolvimento do campo, passamos a observar a emergência da categoria “urbanidade no rural” que passa a caracterizar os hibridismos que ocorrem nos espaços vividos de muitas comunidades rurais. Essas urbanidades, promovem o desenvolvimento de atividades tidas como não rurais no meio agrário.

O modo de vida das pessoas afetadas pelas urbanidades no rural passam por profundas mudanças. Muitos camponeses mudam seus hábitos e incorporam elementos do urbano em seus modos de vida, mas a essência de seu modo de vida permanece atrelado ao campo, em maior

ou menor grau. Essa essência do modo de vida camponês, baseada em uma ética camponesa, foi teorizada por Woortmann (1990) como campesinidade.

São as urbanidades no rural e a campesinidade, influenciadas pela geografia, que iremos refletir para compreensão das significações e ressignificações do espaço vivido da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia neste segmento do trabalho.

## 2.1 As Urbanidades no Rural e as Transformações no Campo

---

A dicotomia existente entre rural e urbano, por muito tempo, deixou a construção do conhecimento acerca dos temas fadada à embates de cunho econômicos e político-ideológicos. Pensar o rural era considerar suas características de espaço bucólico e arcaico, atrasado, que estava à espera do desenvolvimento que seria promovido pelo capital. Por sua vez, o urbano, em toda sua pompa, seria a representação do desenvolvimento, o lugar onde acontece os avanços do capital em seus mais diversos aspectos.

O espaço rural estava então fadado à suprir as necessidades da cidade, que era o símbolo mor do urbano. “Torna-se difícil, se não impossível, compreender as relações urbano-rural e cidade-campo sem integrá-las ao movimento de constituição do exercício do poder e da hegemonia” (RUA, 2005, p. 45), o que limitava o pensamento geográfico sobre os temas a um pensamento economicista. Porém, o espaço geográfico é dinâmico e ultrapassa os limites do economicismo.

Rural e urbano são espaços que refletem a essência mais primitiva do homem: seu habitat. Entre a pequena vila e a grande cidade “não há mais que uma diferença de grau, de nome ou de extensão” (DARDEL, 2011, p.27). Assim, o que é urbano ou rural senão um reflexo das ações do homem em seu espaço de vida, um espaço construído que revela a complexidade das relações do homem entre si e com o meio em que vive.

Não queremos aqui negligenciar os estudos sobre rural e urbano existentes, que, pautados, principalmente, no marxismo, enlevaram o discurso do capital na produção do conhecimento acerca dessas categorias geográficas. Reconhecemos que urbano e rural se tornaram essenciais para o entendimento da relação do capital com o espaço geográfico. Mais além, essas categorias se apresentam como a base para os estudos geográficos contemporâneos.

O urbano concentra a maior parte do espaço construído pelo homem, impregnado de significados que criam e recriam lugares. Enquanto espaço vivido, o urbano engendra um marcante significado imposto pela sociedade do capital, que acaba desempenhando um papel importante para a própria existência do capital. Nesse sentido, a cidade desponta como a concretização do urbano, sua materialidade. Mas a cidade, como fala Lefebvre (2001, p. 52), é uma obra que deve estar mais associada a uma obra de arte do que com o simples produto material. É uma produção e reprodução das relações sociais do homem.

O rural, por sua vez, é o espaço construído que toma uma forma mais rudimentar, mas muito significativa. É o espaço que encontra seu sentido no trabalho do campo, que impõe ao homem seu ritmo lento e seguro (DARDEL, 2011, p. 27). O rural, então, encontra no campo sua personificação, sendo o camponês uma das figuras mais expressivas dessa materialidade. O campo, enquanto espaço vivido, emerge de uma terra modelada lentamente pelo trabalho de camponeses que, historicamente, vivem no bojo de uma relação íntima com o meio natural, que remonta à própria origem do homem enquanto ser social, que trabalha a terra para sustentar seus pares.

A relação entre campo e cidade, então, acaba ocorrendo em uma forma de complementaridade, onde cada espaço, urbano e rural, depende do outro para se manterem. Nisso, vemos uma relação entre campo e cidade, entre rural e urbano, que extrapola os antagonismos do discurso economicista empreitado pelo capital na ciência geográfica. Sendo espaços vividos, a cidade e o campo refletem a diversidade da vivência humana e sua relação com espaço cotidiano. O homem figura, assim, como construtor de espaço, tornando o espaço natural em um espaço construído, com características rurais e/ou urbanas.

Partindo dessa premissa, deixamos de lado o discurso dicotômico existente na construção do conhecimento sobre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade, e passamos a contemplar um espaço que se revela híbrido em suas territorialidades, refletindo um *modus operandi* que engloba características de urbano e rural. Vemos assim, o surgimento de uma categoria que busca traçar um perfil de espaço que mescla o urbano ao rural: as urbanidades no rural.

### 2.1.1 Campo ou cidade? As urbanidades no rural e o outro campo

Apesar da latência do discurso sobre a cidade ensejar um antagonismo em relação ao campo, vemos a insurgência de uma outra realidade, que revela um campo diferente daquele exibido pela leitura clássica sobre o tema.

Até hoje tem predominado uma visão espacial da desigualdade, em que os espaços periféricos/rurais, dominados, seguem o modelo dos espaços centrais/urbanos, numa dicotomia adiantado/atrasado. Tal visão do rural tem atravessado a maioria das análises efetuadas, inclusive aquelas oriundas de Marx que, ao estudar as relações cidade-campo não escapou da visão urbanocêntrica (principalmente em suas primeiras obras) que dá primazia à cidade em sua luta contra o campo e corroborou uma imagem retrógrada do campo constituindo-o como o “outro” da cidade (BOTELHO, 2005a, p.146 apud RUA, 2005, p. 46).

Quando observamos um espaço rural que apresenta traços de urbano, vemos a manifestação de um espaço híbrido em sua essência, marcado pela complexidade das relações do homem com o espaço geográfico vivido no seu cotidiano. É nesse momento que percebemos que o espaço geográfico não se reduz a conceitos preestabelecidos. Urbano ou rural? Como definir este outro campo? E os sujeitos que ali vivem: são camponeses? São cidadãos? Pensando acerca dessas indagações chegamos a outro questionamento: o que torna, realmente, um espaço urbano ou rural?

A imagem da cidade reflete a capacidade humana de transformação do espaço. É um espaço construído onde o homem se torna cada vez menos ligado à terra. Dardel escreve:

Imensas populações nascem e se movem na grande cidade, um número enorme de homens é, praticamente, “de desenraizados”, sem ligações duráveis com a terra ou com o horizonte natural, seres nos quais os observadores mais “objetivos” concordam em reconhecer o caráter irritadiço, volúvel, sujeito a psicoses ou a contágios afetivos (DARDEL, 2011, p. 29)

Podemos observar que o modo de vida do homem cidadão, envolto às regalias do urbano, se manifesta de uma forma muito aquém do modo de vida daquele que vive no campo, no meio rural. Escreve Dardel (2011, p. 27) que “a vila encontra seu sentido no trabalho nos campos, que impõe seu ritmo lento e seguro”, ou seja, ao contrário da realidade geográfica apresentada na cidade, de horizonte artificial, como frisa o próprio autor, a vila, enquanto representação do espaço rural, permite ao homem um modo de vida mais lento e seguro, mais ligado à terra e ao horizonte natural.

Não queremos aqui fazer comparações qualitativas entre a cidade e o campo, ou entre o urbano e o rural. Isso nos levaria a recair em um discurso que por muito vem perdurando no meio acadêmico, enaltecendo a cidade em detrimento do campo, ou restringindo o campo ao

âmbito político, em uma grande disputa de interesses entre o capital e o camponês pelas terras situadas nos ditos espaços rurais. Mas, não podemos abnegar o fato de que o discurso sobre a “boa vida” da cidade acaba influenciando o pensamento do homem que vive no campo, e, de uma maneira geral, o estimula a almejar essa vida.

Sobre o discurso da “boa vida” da cidade, Harvey (2003, p. 184 *apud* RODRIGUES, 2007) ressalta que “resulta difícil desenmarañar los sucios discursos y prácticas que cada día a día afectan la vida urbana de los grandiosos significados metafóricos que tan libremente se entremezclan con emociones y creencias sobre la buena vida y forma urbana”. Isso mostra que o urbano enseja sempre em algo “melhor” que o rural. Mas, cabe ressaltar novamente, que não estamos aqui entrando no mérito do embate campo x cidade, apenas mostrando os fatores que, segundo nossas observações *in loco*, influenciam opulentamente na forma que os moradores de comunidades rurais, com forte presença de urbanidades, concebem seu espaço vivido.

O capitalismo recria um rural, capaz de, participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re)construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os reatamentos territoriais desse processo. (RUA, 2006, p. 84)

Estas recriações do espaço ministradas pelo capitalismo produzem grande impacto no modo de vida do homem que vive no campo. Assim, por este discurso, o rural está sujeito às transformações pelo “processo civilizatório” do urbano, com suas modernizações e tecnificações. Este processo, tem levado a grandes transformações no espaço rural, inserindo equipamentos urbanos em vilas e comunidades rurais. A nova configuração da paisagem desses espaços construídos reflete no comportamento que o homem do campo passa a ter mediante tais mudanças.

Segundo Rua (2006, p. 85), “rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola”. Isso nos leva a observar uma outra imagem do rural, agora desvincilhado daquela imagem construída pelo capital, onde o trabalho do setor primário da economia determinava tal área. É “um novo rural”, como propõe o autor.

Na verdade, são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural [...]. (RUA, 2006, p. 85)

A partir disso, voltamos a nos questionar: o que é rural? O que é urbano? Quem são os sujeitos que vivem este espaço: camponeses ou cidadãos? Estas indagações permanecem

latentes e dispostas para inúmeras interpretações. A nova caracterização do campo/rural envolvida por elementos do urbano nos mostra um espaço imbuído de territorialidades híbridas e complexas, onde o espaço vivido engendra diferentes símbolos e significados, que, outrora, eram típicos e restritos a apenas uma das duas formas: ou urbano, ou rural. Agora, o rural está impregnado de elementos urbanos e a recíproca é verdadeira em muitas cidades também, como observamos nas dissertações de Matos (2012) e Pinto (2010), da Universidade Federal do Amazonas.

Este espaço híbrido de rural e urbano, exemplifica a dinamicidade do espaço geográfico e mostra como o homem, enquanto sujeito geográfico e imbuído de geograficidade, é versátil na construção desse espaço. A vivência dos sujeitos que residem nestes lugares perpassa por símbolos e significados que tornam rural e urbano modos de vida que vão além das práxis impostas pelo capital. Assim, como diz Saquet (2006, p. 160 apud SILVA, 2009, p. 35) “um aspecto importante, é a não definição do rural somente pela agricultura e do urbano somente pela indústria”.

Sposito (1999, *apud* RUA, 2005), reflete sobre as definições de cidade e urbano, o que enriquece, neste momento, nossa reflexão sobre as indagações que levantamos anteriormente:

Se as relações cidade-campo não expressam simetricamente aquelas entre o urbano e o rural, porque as relações que se estabelecem a partir das cidades, os símbolos e signos que nelas e através delas expressam o que é urbano estão além das cidades, é preciso refletir sobre qual é o sentido dessa urbanização e em que medida a reprodução do urbano pode gerar não o fim da distinção cidade-campo, mas a ausência da cidade na perspectiva de um conteúdo de urbanidade (SPOSITO, 1999, p. 84 *apud* RUA, 2005, p. 50).

Com isso, vemos o termo empregado por Rua (2005 e 2006), como sendo uma melhor alternativa para responder às indagações que temos feito aqui. As urbanidades no rural, refletem bem as características destes espaços geográficos que permeiam entre o rural e urbano concebidos pela geografia clássica. Rua (2006, p. 86) escreve que “rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”. Escreve ainda que estas urbanidades no rural provocam uma nova relação com a terra, definida pela pluriatividade que caracteriza estes espaços híbridos.

Por outro lado, percebe-se que a ressignificação do rural não é fruto apenas de criações urbanas, mas também das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes “rurais” e “urbanos”, usados, estrategicamente, como discursos e reivindicações predominantes, de acordo com o momento vivido pelos agentes sociais locais, em que situações de inferiorização (frente aos urbanos) e de reivindicação de direitos convivem nos relatos obtidos na pesquisa. (RUA, 2006, p. 95)

Vemos assim, um espaço em que a geograficidade dos sujeitos que o vivem no seu cotidiano se torna um fator determinante para o entendimento do caráter que o lugar adquire. Urbano e rural, assim, deixam de ser características funcionais destes espaços e passam a figurar como elementos qualitativos que compõem o modo de vida dos sujeitos que experienciam estes espaços vividos.

Tomando como referência a comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, passaremos a refletir sobre a ideia de urbanidades no rural na Amazônia, onde o campo/rural se apresenta em um ambiente de intenso contato com o meio natural, envolvido pela floresta amazônica e banhado pelo vasto sistema hidrográfico do rio Amazonas. Este quadro, apresenta um rural onde as urbanidades criam territorialidades e espacialidades que unem mais que o rural e o urbano, integram estes elementos ao quadro natural que predomina na paisagem do lugar.

### **2.1.2 As urbanidades no rural na comunidade de Santa maria de Vila Amazônia**

A partir deste ponto, passaremos a expor os resultados das observações diretas na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia ao longo dos dois últimos anos (2014 – 2015). As observações, ocorridas de forma simultânea às entrevistas, permitiu-nos vislumbrar aquilo que fora relatado pelos moradores entrevistados no decorrer da pesquisa. Além dos resultados da pesquisa empírica, continuaremos a tratar da ideia de urbanidades no rural proposta por Rua (2005 e 2006), como forma a corroborar os dados obtidos em campo.

Como já fora afirmado, a Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia sempre teve contato com os equipamentos urbanos, desde a colonização japonesa ocorrida no lugar durante a década de 1930, até o presente momento. Cabe lembrar que, conforme Souza (2011), no início do projeto de colonização dos japoneses, o objetivo era erguer uma cidade na localidade, aos moldes nipônicos, que desse suporte para as famílias de colonos que viriam se estabelecer na região. Esse fato atrelou à comunidade de Santa Maria um traço de urbano que perdura até os dias atuais.

É importante frisar que o termo comunidade aqui empregado é aquele utilizado regionalmente para se referir aos assentamentos humanos situados em áreas rurais, como escreve Lima e Alencar (2000, p. 149 apud SILVA, 2015, p. 36): “As vilas e os sítios são chamados de comunidades, termo que denota não só o assentamento, mas carrega

principalmente o sentido de responsabilidade comunal pelas decisões políticas que afetam a vida de seus moradores”.

O espaço rural amazônico, fortemente marcado por suas características regionais, demonstra bem como ocorre a relação íntima entre o homem e a Terra, principalmente nas comunidades ribeirinhas do município de Parintins, onde a natureza é concebida como parte da vida dos moradores das comunidades. Segundo Dardel (2011, p. 27), “a forma mais importante do espaço está ligada ao habitat do homem”. Assim, podemos observar nessas comunidades a ligação com o meio natural onde encontram-se. Geralmente, as comunidades amazônicas constituem-se, em sua maioria, por uma área de uso comum, onde estão estabelecidas uma igreja, uma escola, um campo de futebol e uma sede comunitária (CRUZ, 2007; SILVA, 2009 apud SILVA, 2015, p. 34), com moradias que obedecem às características físicas do lugar – palafitas nas comunidades de várzea, por exemplo –, em consonância com o meio natural.

Porém, a comunidade de Santa Maria, apesar do uso do termo comunidade para designá-la, não segue o padrão do rural que predomina na região. Assim como as agrovilas do Mocambo e Caburi, também situadas na área rural do município de Parintins, a Vila Amazônia, ou mais especificamente a comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, inicialmente se constituiu como comunidade rural, que mais tarde passou a ser chamada de vila pela população local e pelo poder municipal, a partir do momento que passou a ser dotada de infraestrutura urbana (SILVA, 2009). “A partir de então essas áreas passaram a possuir, algumas características que não se enquadram mais na definição de comunidade acima mencionada, revelando assim uma diferenciação na composição social e espacial em relação às outras comunidades rurais de Parintins” (SILVA, 2009, p. 32).

É importante notar que, apesar de sua proximidade com a sede do município de Parintins, como fora contemplado anteriormente, a Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, tem sua caracterização urbana marcada pela colonização japonesa no local, uma vez que, segundo os projetos da colonização, esta área, que hoje é a comunidade de Santa Maria, foi a sede da colonização nipônica na década de 1930, onde os colonos construíram um hospital de referência, para atender às demandas de saúde. Construíram também o prédio de pesquisas do Instituto Amazônia, uma escola, e o templo para reuniões sociais, administrativas e culturais, conforme observado em Souza (2011).

À época da colonização japonesa, a comunidade de Santa Maria, que era conhecida como Instituto Amazônia, ainda segundo Souza (2011), foi organizada com arruamentos e um

sistema de esgoto do tipo bueiro, que servia para o escoamento das águas pluviais, muito intensas em algumas épocas do ano na região. Com isso, vemos que o rural da Vila Amazônia sempre se manteve ligado ao urbano, pelo menos no que diz respeito à infraestrutura que fora erguida na localidade.

Mesmo após a saída dos japoneses, já na década de 1940, as urbanidades no rural na Comunidade de Santa Maria, continuaram fazendo parte da paisagem local, uma vez que, na administração de J. G. Araújo, a comunidade, agora conhecida pela denominação atual de Santa Maria de Vila Amazônia, continuou seu crescimento econômico e de infraestrutura. Segundo Souza (2013, p. 115), o empresário português “conseguiu implantar um sistema de eletricidade, com iluminação pública das ruas abertas na Vila Amazônia, melhor do que o da cidade de Parintins”. Este período, que compreende à década de 1950 e metade da década de 1960, foi tão forte a presença das urbanidades na comunidade de Santa Maria, promovida pela intensa exploração do capital, que, segundo Souza, “pelo padrão desenvolvimentista que se apresentava em Vila Amazônia recebeu visita de Ministro da Pasta da Agricultura no sentido de dar apoio e incentivar a produção de Vila Amazônia” (2013, p. 116).

As urbanidades compõem o espaço vivido na comunidade de Santa Maria há muito tempo e promovem um modo de vida diferenciado que torna este espaço complexo. Como explica Gonçalves (2010), “a vida urbana existe em áreas tidas como rurais, ou não urbanas. Os assentamentos assumem formas cada vez mais complexas”. Vemos, com isso, que a presença da infraestrutura urbana no meio rural, cria um modo de vida próprio, não urbano, ou rural, mas ambos ao mesmo tempo, sem se sobreporem. Nas falas dos moradores mais antigos, como do senhor Aureliano, 50 anos, por exemplo, a presença das urbanidades tem promovido uma vida mais cômoda, principalmente por causa da eletricidade.

A comunidade de Santa Maria experimentou fases de “desenvolvimento” urbano. Muito do que foi construído pelos colonos japoneses foi destruído, ou se perdeu com o tempo, e “hoje, só há o alicerce do *hakoo kaikan*, a caixa d’água do hospital e as lembranças na memória dos moradores” (SOUZA, 2011, p.132) (figura 18). Das estruturas construídas pelo empresário português J. G. Araújo, resta apenas o casarão (figuras 19 e 20) e o prédio onde funcionou um armazém, que depois foi utilizado como olaria por moradores da Comunidade (figura 21). Após a saída de J. G. Araújo, a vila entrou em um processo de decadência econômica e urbana, na década de 1970, como observa Souza (2013).



**Figura 18:** Monumento em homenagem aos japoneses na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 19:** Casarão de J. G. Araújo, visto a partir da rua que passa em frente ao prédio. Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 20:** Casarão de J. G. Araújo, parte interna. É latente a depreção deste patrimônio histórico da Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 21:** Ruínas de um armazém construído na administração de J.G. Araújo. O prédio já serviu de depósito para madeiras que eram retiradas da região, segundo relatos de moradores locais. Também serviu como olaria. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A administração das terras da comunidade ficou por conta das pessoas que continuaram ali, se organizando em comunidade, nos moldes das comunidades ribeirinhas faladas anteriormente, até que, na década de 1980, as terras de Vila Amazônia passam para o governo federal, que iniciou o projeto de assentamento agrário, por meio do INCRA.

O processo de ocupação e assentamento proporcionaram à Comunidade de Santa Maria novas mudanças em sua infraestrutura, levando à um crescimento urbanístico que fez com que muitos moradores locais passassem a considerar a comunidade como “um bairro da cidade de Parintins”, como diz Souza (2013). Das estruturas urbanísticas existentes até a década de 1970, pouco restou, como já falamos. A comunidade experimentou uma certa decadência em sua infraestrutura, não existindo mais a rede de esgoto implantada pelos japoneses, bem como os prédios construídos por eles. Além disso, muita terra foi se perdendo devido ao intemperismo provocado pela força mecânica do rio Amazonas, que banha as terras da comunidade.

Hoje, a Comunidade de Santa Maria, possui uma nova configuração urbana. Ruas foram construídas e pavimentadas com massa asfáltica (figuras 22 e 23), mas outras ainda se encontram sem pavimentação, apenas em piçarra. Além das vias de circulação, foi construída uma rede de abastecimento de água, que leva água encanada a muitas residências, com uma caixa d’água que é suprida por água extraída de um poço (figura 24 e 25) e administrada pela prefeitura de Parintins. A antiga rede de fornecimento de energia elétrica construída por J. G. Araújo, deu lugar a uma nova rede, suprida por uma subestação que funciona em uma pequena termelétrica construída no local (figura 26).



**Figura 22:** Exemplo de rua asfaltada na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 23:** Rua asfaltada com residências em alvenaria e divisões de terreno por muro na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 24:** Caixa d'água responsável pelo abastecimento de água para a Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 25:** Estrutura do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Parintins na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 26:** Termelétrica com subestação de energia elétrica da Eletrobrás Amazonas Energia S/A na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A nova estrutura urbana, em muito, se assemelha às estruturas dos bairros de Parintins. Assim, complementado pelo fato da proximidade que a comunidade de Santa Maria tem com a sede do município, distante apenas cerca de 5km (cinco quilômetros) por via fluvial, a ideia de “bairro de Parintins” acaba sendo prestigiada por muitos moradores locais e por moradores da

cidade, também. Mas, assim como as urbanidades moldam o espaço construído, influenciam fortemente no modo de vida, o que, por sua vez, influencia na construção da identidade do lugar e dos sujeitos que vivem o lugar.

Há um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam “novo rural” que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola. Desaparece o tradicional corte rural/urbano; a pluriatividade, que mescla atividades não-agrícolas (a maioria de “caráter” urbano) e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola, que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar; [...] novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade; [...] a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção e marcando o momento presente do mercado de trabalho rural. Procura-se cada vez mais trabalhar fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços [...]. Essa caracterização da chamada pluriatividade marca uma nova relação com a terra. Define, ainda, uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer. Graças à pluriatividade, as funções familiares, ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações. Para nós, a pluriatividade já se integra a uma série de “urbanidades no rural”. (RUA, 2006, p. 86)

As urbanidades no rural, modificam a forma como o homem do campo se relaciona com a terra, ou seja, vemos, a partir das urbanidades no rural, uma modificação na geograficidade daqueles que vivem o espaço complexo constituído a partir da inserção do urbano no rural. Mas, cabe aqui ressaltar que as urbanidades no rural não se limitam apenas à inserção de infraestrutura urbana no espaço rural. As urbanidades no rural incluem as atividades promovidas pelo capital no campo, que diferem daquelas atividades tradicionais, que o próprio capital impôs ao campo em tempos passados, mas que, até hoje, perduram em algumas localidades, como vimos em Rua (2005 e 2006). Neste ponto, na comunidade de Santa Maria, as urbanidades no rural são observadas em muitas atividades no setor de serviços que passam a compor o cotidiano dos moradores daquela localidade.

Dentre os comunitários entrevistados durante a pesquisa, encontramos quem trabalhasse como professor, como motorista de ônibus e lancha no transporte escolar, técnico em agropecuária que presta serviço ao INCRA como consultor, comerciante, entre outros. Muitos desses, chegaram à comunidade de Santa Maria após os anos 2000, quando a infraestrutura da comunidade já estava bastante modificada em relação ao final da década de 1980 e a década de 1990. Essas modificações ocorreram, em sua maioria, por meio de políticas públicas aplicadas pelas três esferas do poder público (federal, estadual e municipal), por meio de programas de governo que objetivavam o “desenvolvimento” do campo.

Assim, as urbanidades no rural acabaram tornando a comunidade de Santa Maria um polo de atração de migrantes. Muitos partiram de outras comunidades da Gleba de Vila

Amazônia, segundo informações obtidas junto à Associação dos Moradores da Comunidade de Santa Maria, outros foram de outras comunidades do município de Parintins para a “zona urbana” da Vila. Nesse processo de migração, temos sujeitos que trocaram Parintins, e outras cidades próximas, para viverem na Vila, que é como identificam a comunidade de Santa Maria. O motivo destes últimos, segundo a fala de um dos entrevistados: é a vida tranquila do interior. Este processo, segundo consta em Gonçalves (2010), já vem ocorrendo em outros lugares do mundo, onde se vê uma busca por lugares que fujam da rotina corrida dos grandes centros urbanos.

Essas novas formas de urbanização começaram a aparecer de forma mais contundente nos Estados Unidos, a partir da década de 1940, quando famílias de classe média transferem suas residências para áreas suburbanas; e atividades tipicamente urbanas começam a se deslocar para o campo [...]. (GONÇALVES, 2010)

O exemplo exposto acima, mostra uma tendência de busca por lugares afastados por famílias mais abastadas. Contudo, na comunidade de Santa Maria, a questão da classe econômica não pende como fator preponderante para justificar o movimento migratório. Mas, não podemos desconsiderar a busca de lugares para se viver fora da cidade pautada na fuga da agitação da vida urbana contemporânea. Assim, considerando ainda a facilidade de acesso a cidade por causa da proximidade com a mesma, muitas pessoas deixaram a cidade de Parintins para estabelecerem residência na comunidade de Santa Maria, causando um aumento considerável na população local da comunidade nos últimos vinte anos.

O aumento do contingente populacional provocado pela migração fez surgir uma divisão territorial, considerada pelos moradores locais. Assim, observamos a existência de uma “área antiga”, o lugar onde surgiu a comunidade de Santa Maria; o “bairro novo” ou “área nova”, como alguns moradores chamam, uma área de expansão da comunidade que começou a existir no início dos anos 2000; e a “invasão” ou “bairro independência”, uma área de apropriação irregular que passou a compor a área da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia no final de 2014. Essas áreas distintas criam territorialidades distintas e reforçam a presença das urbanidades no rural da localidade.

Muitos dos moradores dessas “áreas” mais recentes, trabalham em atividades não rurais. Alguns trabalham, ou estudam, na cidade de Parintins, se deslocando diariamente para cumprir sua atividade na cidade. Outros são aposentados e/ou vivem de trabalho autônomo, rural e não rural, tendo sua renda complementada por bolsas de assistência social, como o bolsa família, por exemplo. Outros, ainda, são pescadores ou agricultores que trabalham em terras que não

são de sua propriedade. Temos, ainda, servidores públicos e comerciantes, que residem ali por causa de suas atividades laborais.

É interessante considerar o fato de que as atividades laborais desempenhadas pelos sujeitos que vivem o lugar também influenciam na geograficidade. Assim, a partir de diversos ângulos vemos que as urbanidades no rural tem forte influência sobre a relação íntima que o homem possui com a Terra, em sua geograficidade, seja por meio dos equipamentos urbanos que compõe a paisagem do espaço construído no meio rural, seja por meio da pluriatividade proporcionada pela mudança que o urbano, enquanto elemento característico do capital, impõe ao espaço vivido tido como rural. Temos, assim, na comunidade de Santa Maria, uma urbanidade no rural que propicia aos moradores da localidade múltiplas formas de concepção do espaço vivido, muitas acepções de lugar que se embasam nas experiências cotidianas empreendidas pelas urbanidades.

Partimos assim, para a visão do espaço rural a partir da concepção de campesinidade, uma vez que, apesar da forte presença do urbano, o rural se faz presente enquanto modo de vida no seio de muitas famílias, que adequam seu modo de vida às urbanidades, mas mantém muitas características típicas de sociedades rurais camponesas, considerando que o rural está cada vez mais distinto de agrícola e passa a ser entendido enquanto modo de vida, tal qual se vê com o urbano, conforme prediz Rúa (2005 e 2006).

## 2.2 O Rural, o Campo e a Campesinidade na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia

---

O espaço geográfico se apresenta ao homem de diversas maneiras. Natural, construído, cultural, inúmeras são as características que o espaço geográfico pode apresentar. Com isso, vemos o espaço geográfico como o resultado de uma construção da sociedade humana, uma obra que só é percebida a partir das relações que o homem constrói com o meio onde vive, constituindo saberes primevos, que passam a compor a essência do “ser” humano.

Reflexo de uma realidade percebida a partir dos desígnios do homem, o espaço geográfico é um espaço vivido, concebido a partir das experiências concretas entre este homem e a Terra. “O espaço geográfico é feito de espaços diferenciados” (DARDEL, 2011, p. 2). Ele,

o espaço geográfico, se apresenta ao homem de diversas maneiras, com cores, sons, modelagens, densidades. Ele é material, telúrico, aéreo, aquático, construído. Natural e cultural. É paisagem, lugar, território.

O espaço geográfico está justaposto nas diversas concepções que o homem constrói em suas relações com o meio e entre si. É percebível, vivido no cotidiano da sociedade, impregnado de símbolos e significados. É concebido “a partir das relações dos homens com as coisas dos lugares que conhecem, que vivem” (NOGUEIRA, 2014, p. 41)

Nesse sentido, passamos a contemplar o espaço rural a partir de uma semiose de espaço geográfico construído, onde o homem representa sua mais primitiva forma de concepção do espaço. É o espaço do bucólico, onde o meio natural envolve a vivência do homem em uma relação convergente entre si. Com isso, o espaço rural, enquanto espaço construído, caracteriza-se por seus elementos simbólicos simples, em que as relações estão atadas aos laços primordiais que constituem a base da sociedade camponesa, onde o homem demonstra mais fortemente sua relação com a Terra.

Por longos períodos do pensamento geográfico, o espaço rural ficou marcado por seu antagonismo com relação ao espaço urbano. O rural caracterizava-se por ser arcaico, atrasado, tradicional, enquanto que o urbano é o estereótipo do moderno, do novo e avançado. Porém, ao partirmos de uma visão humanista, vemos uma relação entre rural e urbano onde não há mais que uma diferença de grau, de nome ou de extensão. Trata-se de espaços que, para o homem, diferem *apenas* [grifo nosso] em qualidade e significado (DARDEL, 2011, p. 27).

Pensar o rural amazônico ainda remonta aos pensamentos criados e firmados pelo conquistador nos séculos XVII e XVIII. Os lugarejos configurados pela presença marcante da igreja, principalmente católica, pairam na imagem construída externamente sobre o espaço rural amazônico. Os ditos povos ribeirinhos, estereotipados por antropólogos e outros pesquisadores sociais como povos tradicionais, se inserem nesse contexto como o principal sujeito que vive no espaço rural da Amazônia.

Partindo dessas ideias, muitos estudos sobre a vida do homem rural na Amazônia acabam mostrando este sujeito inserido em um espaço bucólico e idílico, vivendo uma vida simples, pautada na pesca, na caça, na coleta e na agricultura de subsistência. Com isso, a imagem do rural amazônico fica enfaticamente atrelada ao espaço natural.

Embora exista uma grande ocorrência da imagem do rural amazônico tal qual exposto acima, muitas mudanças já ocorreram neste espaço de forma significativa, alterando a visão

bucólica de Amazônia que se ressalta em muitos estudos sobre espaço rural da região. Neste trecho do trabalho, discutiremos acerca do espaço rural e do campesinato, enfocando, de forma abreviada, as discussões clássicas e contemporâneas acerca do campesinato, enfatizando os estudos do tema no Brasil e na Amazônia. Posteriormente, mostraremos, com base nos resultados da pesquisa de campo, como o tema campesinato pode ser observado na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, considerando este como um modo de vida, pautado na Geograficidade e na Campesinidade, este último embasado nas ideias de Klaas Woortmann (1990).

### **2.2.1 O campesinato como modo de vida: a construção de um pensamento**

O estudo do campesinato desperta o interesse da ciência geográfica para a análise e observação da relação do homem com o espaço rural desde sua forma mais simples à mais complexa. O campesinato, há muito estudado como um modo de produção pré-capitalista, sempre esteve em discussão no campo científico, primeiro por ser um modo de produção que resiste à grande pressão absorvedora do Capitalismo, que envolve e transforma tudo por onde passa; segundo, por ser mais que um simples modo de produção, considerado, em muitos momentos, como um modo de vida, com economia e cultura próprias, mesmo que interagindo com o Capitalismo, formando um sistema de símbolos e significados complexos e peculiares.

Considerar o campesinato um simples modo de produção é reduzir uma gama considerável de grupos sociais complexos a uma mera classe econômica, como se todas as relações humanas tivessem que estar pautadas na economia, que ocorre com muita frequência no Capitalismo, afetando a Ciência e deturpando o pensamento científico vigente. O estudo do Campesinato deve partir da premissa de que o homem, como um ser geográfico, não é um mero integrante de um sistema que dita suas regras e o posiciona onde este deve permanecer até que o sistema o reposicione.

A força do marxismo na geografia levou muitos teóricos à sobrecarga de uma análise economicista da sociedade em que o homem, como ser social, vive em conflitos de classes em um sistema onde há a ascensão de uma classe em detrimento de outras. Essa ótica de análise da busca pelo poder, principalmente econômico, leva o campesinato a análises controversas que questionam sua verdadeira existência. Muitos geógrafos, principalmente da geografia brasileira, veem o campesinato apenas como uma classe que luta por terra, quando não, uma classe em vias de extinção, sucumbindo ao modo de produção capitalista.

Esta análise marxista levou Lenin (1982) a teorizar sobre a desintegração do Campesinato em sua clássica obra de 1899. Nessa obra, Lenin lança mão do uso de dados estatísticos para classificar as famílias camponesas da Rússia czarista, com o intuito de justificar a dominação de uma classe camponesa sobre outra, o que viria a ser prerrogativa para chamada luta de classes proposta pelo marxismo.

Ao analisar os dados dos *Zemstvos*, como era chamado o órgão censitário russo da época, Lenin observou que haviam proprietários rurais que tinham muito mais “poder” e terras que outros, chegando a pagar pela força de trabalho de pequenos proprietários que se submetiam a trabalhar desta forma para complementar sua renda familiar. Lenin entendeu que esses grandes proprietários de terra formavam a classe dominante, como burgueses do campo, e que os pequenos proprietários, que trabalhavam para os grandes, “vendendo” sua força de trabalho, seriam os proletários rurais. Eis, então, o que se configurava como uma forma de capitalismo, que, pela ideia revolucionária do marxismo, deveria ser superado.

Os estudos de Lenin levaram à construção do ideal revolucionário russo, que deu gênese à ditadura socialista daquele estado. Esses estudos enxergaram o campesinato como uma classe em desintegração, pois o modo de vida camponês já havia sido incorporado pelo capitalismo, ou melhor, para Lenin, não existe campesinato enquanto modo de vida diferente do capitalismo. É notório a classificação do campesinato por uma ótica economicista, que distorce um modo de vida complexo e autônomo para uma relação de poder simplista pautado no domínio pelo poder aquisitivo de certo grupo sobre outro.

Assim como Lenin, Kautsky (1986) apoiou seus estudos nas análises marxistas da sociedade, porém seu embasamento está nas análises de Marx sobre o campesinato enquanto modo de produção diferente do capitalismo, remanescente de modos de produção pré-capitalistas que ainda perduram na sociedade contemporânea a seus estudos.

Para Kautsky, o campesinato, assim como outras classes existentes paralelamente ao modo produção capitalista, é produzido pelas necessidades do capitalismo, se desenvolvendo à sua sombra (1986, p. 13). Kautsky também faz análise do campo por meio da divisão entre grande e pequeno estabelecimento de exploração agrícola. O grande estabelecimento, herança das propriedades feudais, é onde vai se desenvolver o sistema de exploração agrícola capitalista por meio do proprietário fundiário livre que é detentor dos meios de produção com animais próprios, assalariados próprios e ferramentas próprias. Já o pequeno estabelecimento iria se

apresentar de forma diferente quanto ao modo de cuidar do campo e da casa, apoiado na organização de uma economia doméstica familiar.

O ensaio de Kautsky já nos permite uma diferenciação acerca do campesinato e do capitalismo agrário a partir da forma diferente do uso da terra. Não se pode refutar o fato de que o capitalismo exerce grande influência tanto no grande estabelecimento quanto no pequeno, o que, neste último caso, é chamado de influência de fatores exteriores. Isso se dá pelo fato de que, mesmo no pequeno estabelecimento, a terra possui valor de uso, e o tamanho da propriedade vai indicar a possibilidade de produção da unidade doméstica.

Fazendo forte crítica aos estudos de Lenin, surge a figura de Chayanov (1974), que propõe uma análise diferenciada do campesinato russo, que vem a servir de base para a confirmação do campesinato de um modo geral para outros lugares do globo. Em sua clássica obra, “*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*”, publicada em 1925, Alexander Chayanov lança um importante referencial teórico sobre a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica. Isso permite entender o campesinato a partir de um contexto de reprodução e resistência.

As análises de Chayanov (1974) levam a uma compreensão de um campesinato que parte da necessidade do consumo e da subsistência da família como motivação para o trabalho camponês e a conseqüente reprodução familiar, não como uma subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista, como propunha Lenin. A família trabalha originalmente para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital.

Com isso, partindo da premissa de inexistência de trabalho assalariado e não-acumulação de capital, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não capitalista, afirmando que o campesinato é um modo de produção, cujas características são: a força do trabalho familiar – unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, autonomia familiar para produzir seu meio de produção, mas que, às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se veem obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas. Mesmo assim, ainda persiste a análise econômica do campesinato, embora substancial para uma análise humanista que se configura a partir de uma premissa moral, cultural e existencial.

A partir dos clássicos da questão agrária aqui elencados, muitos estudos neste campo foram se aprimorando para entender o campesinato, que ora figura como modo de produção, ora vai enveredar como modo de vida.

A geografia brasileira tem um forte pendão para a análise do agronegócio e expansão das atividades agrícolas exportadoras. O campesinato é quase que ignorado. O camponês está muito mais atrelado aos estudos dos conflitos por terras do que pelo viés de uma análise de seu modo de vida. Nesse sentido, os clássicos estudos de Kautsky e Lenin ganham grande espaço nos debates da questão agrária brasileira. Já na análise das lutas por terras, quem figura como referencial teórico é Chayanov. Com isso, vemos muitas análises que desconsideram o modo de vida camponês em seus estudos.

Com isso, Klaas Woortmann (1990) acaba apontando um diferencial para os estudos do campesinato no Brasil, partindo de uma metodologia que analisa o camponês não somente pela sua força revolucionária e política, mas pelo seu estilo de vida próprio que, apesar de fortemente influenciado pelo capitalismo, ainda guarda uma ordem moral que abstrai do campesinato mais que uma classe ou modo de produção não capitalista.

Woortmann parte da ideia de uma análise não mais economicista do campesinato, o que vinha sendo feito por muitos teóricos do tema. “Meu intento, porém, não é de surpreender o campesinato através de sua economia, mas está mais próximo da ideia de uma sociedade camponesa” (WOORTMANN, 1990, p. 11). O fato de olhar o campesinato por uma ótica não economicista, abre as portas para estudos que relevem o modo de vida do camponês, que se difere em diversos aspectos do modo de vida capitalista.

Enfocamos o fato de que o capitalismo interage com este modo de vida, influenciando-o, em maior ou menor grau. É por este fato que Woortmann (1990) lança a noção de *campesinidade*, para entender a ética e a moral camponesa, que passam a figurar como fatores principais em sua análise do campesinato: “Ocupo-me de uma qualidade: a *campesinidade* [grifo do autor], que suponho comum a diferentes lugares e tempos” (WOORTMANN, 1990, p. 12). Este elemento para os estudos do campesinato muda o enfoque que os clássicos, já tratados até aqui, tem em relação ao modo de vida camponesa, pois subtrai a atenção de uma análise objetiva e passa a exortar a subjetividade como ponto crucial do estudo.

A subjetividade nos estudos sobre o campesinato enfatiza uma cultura camponesa, galgada em valores próprios, distintos dos praticados pela sociedade moderna. A terra, simbolizada como dádiva, não é vista como propriedade comercial/mercantil. O valor-de-uso,

como pregado pelo capitalismo, ganha outro sentido: o próprio uso é o valor. A família, ao contrário do que Chayanov teorizou, não é simples mão de obra para sua própria reprodução, muito menos um aspecto quantitativo que justifica a “prosperidade” da unidade doméstica.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. (WOORTMANN, 1990, p. 23)

O modelo camponês é, segundo o autor, um modelo relacional, que se opõe ao modelo urbano capitalista, que é individual. Com isso, podemos falar em uma campesinidade pautada na geograficidade, idealizada por Eric Dardel em 1952. O estudo do campesinato como modo de vida, nos permite uma discussão cultural de uma relação entre o homem e a Terra, que cria valores que norteiam seu comportamento e o leva a desenvolver um sistema de símbolos e significados peculiares.

Assim, o modelo relacional que liga o camponês à Terra, sem que esta terra figure um papel meramente econômico, nos permite estudar o campesinato a partir da campesinidade, atrelada à geograficidade, onde as influências que o capitalismo impetra nesse modo de vida, não o tornará integrante do sistema matriz que comanda o modo de vida urbano contemporâneo.

As urbanidades no rural que se integram ao espaço agrário, passam a compor o modo de vida do campesinato, sem, contudo, torna-lo urbano, ou capitalista. Isso nos é permitido observar a partir do momento em que a campesinidade, com mais ou menos intensidade, indica uma geograficidade comum aos diversos grupos camponeses, que vivem seu espaço vivido por meio de significados e ressignificados que absorvem as mudanças sem perder sua essência, que está na sua ligação com a terra, uma ligação íntima como o espaço geográfico, de gênese tão vetusta que remonta à própria origem do homem enquanto um ser geográfico.

### **2.2.2 Campesinidade e Geograficidade: o campesinato enquanto modo de vida na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia**

Os modos de vida do homem no meio rural amazônico seguem a diversidade dos ambientes onde se constituem. Em uma região onde o campo se constitui a partir da água e da floresta, o camponês, em muitos momentos, é concebido como ribeirinho, como diz Cruz (2007, p. 8) “o que nos interessa, nessa pesquisa, são os camponeses-ribeirinhos, pois ser ribeirinho, para esses camponeses, é muito mais que uma posição geográfica – morar às margens do rio.

O rio (a água) é um complemento da vida, ou a própria vida...”. Temos assim, a criação de uma identidade que parte de uma relação profunda entre o homem e a Terra na Amazônia.

Partiremos aqui de uma abordagem humanista sobre o campesinato, considerando os significados e ressignificados que o espaço conota a partir de uma geograficidade pautada em um modo de vida camponês, que é embasada por uma ordem moral, ou seja, pela campesinidade. Apesar de estarmos tangendo um pensamento calcado em um modo de vida, é necessário compreender que a ideia de campesinato surge a partir da concepção moderna de cidade, uma vez que ambos, campo e cidade, se complementam: “Neste sentido, haveria uma relação de complementariedade entre campo e cidade, já que não seria possível se falar em campesinato sem a referência às próprias cidades” (MURTA e MAFRA, 2014).

Nos diz Murta (2014), ao optar pelo uso do termo campesinato em seu trabalho:

Isto porque desejamos nos referir aos meios de vida deste grupo situado no rural periférico, e entendemos que os termos pequeno produtor e agricultor familiar reduziriam, linguística e conceitualmente, o significado do que pretendemos problematizar. Aqueles termos parecem tornar central uma dimensão meramente econômica, de tamanho da terra ou da forma produtiva – a familiar – não remetendo o leitor à ideia de que este grupo social se diferencia pela forma como vivem (a partir de seus valores e meios de vida), e não pelo tamanho da sua propriedade ou unicamente por ser a produção familiar. (2014, p. 65)

Exortar o campesinato a partir do entendimento do modo de vida, nos permite romper com o pensamento vigente, principalmente no Amazonas, onde a peculiaridade do modo de vida camponês quebra com os conceitos clássicos acerca dessa categoria. Além da ideia do camponês-ribeirinho, temos que considerar que a base da vida camponesa na Amazônia também se atrela ao sentido de comunidade, eivada de simbologias e significados subjetivos que sustentam a ordem moral desse grupo social. Há de se convir que não estamos aqui falando de um campesinato estático. A dinamicidade do modo de vida camponês, por vezes regido pelo espaço rural circundante, nos permite utilizar a ideia de campesinidade de Woortmann (1990), ladeada pela ideia de geograficidade de Dardel (2011).

É neste contexto que chegamos na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, partindo da cidade de Parintins, que a complementa, tal qual nos colocou Murta (2014). Ao chegarmos na comunidade, muito da visão estereotipada que se tem sobre o rural amazônico cai por terra. As urbanidades no rural transformaram a paisagem bucólica, que já foi presente em algum momento do passado daquele lugar, como já tratamos neste trabalho. Mas, podemos falar de campesinato em meio à paisagem urbanizada que encontramos na comunidade? É possível encontrar camponeses sem atrelar o modo de vida camponês ao trabalho agrícola?

Quem são os sujeitos que ali vivem seu dia-a-dia? São camponeses? Ou são cidadãos? Essas indagações continuaram complementando os objetivos da pesquisa, assim como o campo complementa a cidade e vice-versa.

Com isso, passamos a encarar o campesinato à luz da campesinidade. Diferentemente da ideia de um campesinato marcado por conflitos e lutas pela terra, a imagem formada do camponês na comunidade de Santa Maria, está ligada à do caboclo ribeirinho. Não estamos aqui afirmando que o camponês nessa comunidade não possui ideais políticos que o levam a se entenderem enquanto classe. Ocorre que, devido ao foco de nossa pesquisa, não investigamos a fundo sobre os ideais políticos que norteiam o grupo social ali encontrado. É fato que, enquanto grupo social, os moradores da comunidade de Santa Maria têm se organizado e constituído, inclusive, uma associação, onde lutam por seus direitos. Alavi (1976), diz que,

Los hombres no actúan ni piensan aislados de los otros hombres, ni formulan sus metas únicamente a partir de sus planteamientos privados. Aprenden de las situaciones y las experiencias de los demás hombres y se esfuerzan por crear una comunidad de intereses con aquéllos con quienes comparten su suerte, para actuar de acuerdo con ellos. Son precisamente estos esfuerzos de los hombres los que dan origen a la actividad social y a los movimientos sociales. (1976, p. 71)

Os laços que criam os vínculos políticos e a ordem moral do grupo, não deixam de se entrelaçar e compor o modo de vida do camponês daquele lugar. Seria leviano não observar que há, além da ordem moral, um ideal político que une os camponeses, tornando-os um grupo social, que busca seu espaço no campo do direito. Há, assim, mais que laços de sangue, ou parentesco, que embebe a ordem moral camponesa. A ação política do grupo acaba, de certa forma, influenciando o modo de vida de seus membros. Foi, também, isso que observamos em campo.

Alguns dos moradores entrevistados, camponeses por seu modo de vida, são militantes políticos e tem grande influência no local. A luta que parte do ideal comunitário é a de melhorias na infraestrutura da comunidade visando a economia local. Uma ex-presidente da associação comunitária, entrevistada durante a pesquisa de campo, nos relatou que a associação “briga” constantemente por melhorias, principalmente, na área de saúde e educação. Segundo seu relato, uma das “brigas” é pela construção de uma unidade básica de saúde que tenha serviço de atendimento capaz de atender a toda a demanda da gleba de Vila Amazônia, sem que houvesse necessidade de deslocamento para a cidade de Parintins, inclusive com unidade de exames laboratoriais.

Além disso, havia a reivindicação de pavimentação das ruas que ainda não estavam asfaltadas, construção de um posto de policiamento com contingente permanente e em número suficiente para atender a demanda da comunidade e das demais comunidades da gleba. Construção de creches e mais escolas de ensino básico (fundamental e médio), com efetivo profissional suficiente, pois a escola Tsukasa Uyetsuka não atende por completo a demanda da localidade. Uma das maiores conquistas da comunidade, segundo o relato da ex-presidente, é a construção do porto de Vila Amazônia (figura 27), que viabilizará o escoamento da produção local, e está em fase de implantação.



**Figura 27:** Outdoor mostrando como será o porto que está sendo construído na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia para ajudar no escoamento da produção local. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A ex-presidente comunitária trabalha de forma atuante prestando auxílio a nova gestão da associação e em outras comunidades, buscando consolidar um ideal que una as comunidades da gleba de Vila Amazônia. Ela também trabalha com o plantio de mandioca para a produção de farinha em um terreno que fica distante cerca de 5km de sua residência na comunidade de Santa Maria. Apesar da transformação do seu espaço vivido, muitos camponeses da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia ainda preservam seu modo de vida basilar focado na tradição e cultura de um campesinato peculiar à região, com plantios de mandioca, banana, olericulturas, criação de aves, suínos e bovinos. A área de produção se afastou do lugar de moradia. A relação com a terra se transforma.

Embora a nomenclatura de comunidade ainda permaneça na identidade do lugar, o modo de vida camponês está restrito a um pequeno grupo que ainda segue a ordem moral camponesa,

como em Woortmann (1990), já citado em trecho anterior. Trata-se de uma ordem moral em que família, trabalho e terra, se interligam em um modelo relacional, levando o indivíduo a conceber a terra como sua fonte de subsistência, atrelando-lhe um valor moral, e não econômico. Encaixando-se no perfil camponês de Woortmann, alguns dos entrevistados relataram que ainda trabalham na agricultura por tradição, ou por não saberem outro ofício, mas que não conseguem se ver longe dessa terra de trabalho. O sr. Paraná, 72 anos, por exemplo, por ser uma pessoa idosa, não trabalha mais diretamente na terra, mas deixou por conta de um de seus filhos esta atividade. Hoje o sr. Paraná, possui no quintal de sua residência algumas hortas suspensas e cria galinhas e porcos (figuras 28 e 29).



**Figura 28:** Horta suspensa no quintal da residência de um morador da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 29:** Criação de galinha no quintal da residência de um morador da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

Assim como o sr. Paraná, muitos dos camponeses da comunidade de Santa Maria já são idosos, sendo que alguns, inclusive, não conseguiram mais manter seus roçados e venderam suas terras para outros camponeses locais, ou mesmo moradores da cidade de Parintins, que utilizam o terreno como sítio para o lazer. Mas, há camponeses que ainda resistem às urbanidades no rural da comunidade de Santa Maria e optaram por residirem nos terrenos onde está sua produção agrícola.

Compondo este grupo de camponeses da comunidade, encontramos o sr. João, 58 anos, que trabalha com plantio de mandioca para a produção de farinha há mais de 30 anos (figura 30). O sr. João trabalha com o auxílio de um de seus filhos, um genro e um sobrinho, que o ajudam na produção e ganham parte do que é arrecadado com a venda da farinha, que ocorre na própria comunidade, ou é comprada por atravessadores que vendem na cidade de Parintins, segundo informou ele próprio.



**Figura 30:** Produção de farinha na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

Além da farinha, que é a principal fonte de renda para a família do sr. João, há o cultivo e venda de mandioca e algumas hortaliças, que complementam a renda familiar. A maioria dos camponeses que ainda vivem na comunidade de Santa Maria trabalham com a produção de mandioca, banana, quiabo, pimenta de cheiro e cebolinha, segundo informações obtidas junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Parintins. Há também, camponeses que vivem da pesca (figura 31), pois a água, como dito anteriormente por Cruz (2007), compõe o modo de produção do camponês-ribeirinho. “A relação do camponês-ribeirinho com a água (o lago/rio)

se dá no sentido ao qual se refere Woortmann (1990) com relação à terra, ou seja, corresponde uma relação de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda à água e produz vida” (CRUZ, 2007, p. 217).



**Figura 31:** Canoas utilizadas para a prática da pesca pelos camponeses-ribeirinhos da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

Essa ligação do homem com a água, assim como em Woortmann (1990), também é visto em Dardel (2011). Para ele, “por sua mobilidade, pelo salto soletrado da corrente ou pelo movimento ritmado das vagas, as águas exercem sobre o homem uma atração que chega à fascinação” (DARDEL, 2011, p. 21). Em sua campesinidade, por sua geograficidade, o camponês-ribeirinho da comunidade de Santa Maria vê no espaço aquático sua fonte de subsistência, sua “terra” de sustento e de sua família e atrela a este espaço uma simbologia que permeia entre o fantástico/mítico e a ordem moral camponesa, onde a água figura com valor ético, tornando-se um lugar cheio de significados.

A pesca ocorre tanto no rio Amazonas como em lagos próximos e no Paraná do Ramos, que banham as terras da comunidade de Santa Maria. No período da vazante, a pesca ocorre com o uso de malhadeiras que são atadas próximo às margens do rio, no trecho da área de várzea. Segundo conta o sr. José, 55 anos, morador da comunidade de Santa Maria há mais de 35 anos,

“No período da vazante a pesca é mais diversificada, já que conseguimos uma variedade maior de peixe... já na cheia, temos uma concentração maior de jaraqui, que sobem o rio para desovar no período da piracema” (Trecho do relato do Sr. José, 55 anos, pescador).

No período da cheia do rio Amazonas, a pesca se dá nas proximidades da encosta da terra firme, num lugar conhecido como “laje”. Por causa do percurso migratório do jaraqui,

peixe de escama típico da região amazônica, no período da piracema (período de reprodução de espécies de peixes), ele se torna o principal pescado para aqueles camponeses-ribeirinhos.

A “laje” se torna um lugar marcado por uma territorialidade específica dos pescadores da Vila Amazônia. Porém, há algum tempo, segundo relatos de pescadores locais, alguns pesqueiros paraenses tem violado o território da pesca da comunidade de Santa Maria e praticado arrastão durante períodos de madrugada. Essa prática, tem diminuído consideravelmente o quantitativo de peixes pescado pelos camponeses-ribeirinhos da comunidade de Santa Maria. A água, no mesmo sentido que a terra, tem um valor de uso para o sustento da família, e este valor é deturpado pela prática do arrastão realizada pelos pesqueiros paraenses, conforme podemos observar pelas falas de pescadores locais.

Esses paraenses estão acabando com nosso pescado... está ficando menor a quantidade de peixes que a gente vem pegando a cada ano... pra eles, quando o peixe daqui acabar, é fácil ir atrás de outro lugar pra pescar, porque eles não querem nem saber se já tem gente pescando nos lugares que eles vão... mas, pra gente é difícil, porque a gente vive aqui e se acabar esses peixes aí, onde a gente vai pescar? Vamos ter que ir pescar longe daqui, e fica difícil de achar um lugar que ainda não seja território de outras comunidades. Assim fica complicado nossa situação... (Trecho do relato do Sr. José, 55 anos, pescador).

As territorialidades da pesca se configuram como uma forte característica da campesinidade na comunidade de Santa Maria. Observamos que, para os camponeses-ribeirinhos, há uma questão de ordem moral na determinação das territorialidades da pesca. Não se pode pescar de forma acintosa em territórios de pesca de outras comunidades. Há um respeito que parte da ética camponesa existente nessa relação com a terra/água de sustento da família. As territorialidades criam e recriam a identidade do lugar e daqueles que vivem este lugar no seu cotidiano.

As práticas camponesas criam um vínculo grande com a Terra e influencia os modos de vida dos camponeses-ribeirinhos da comunidade de Santa Maria. Essa forte relação propiciou o surgimento de um senso de preservação do meio ambiente que integra a vida de muitos comunitários, camponeses ou não. É um sentimento de amor pela terra onde vivem e pela natureza que ali floresceu. O senso de preservação é tão latente, que na entrevista concedida pelo sr. Zeferino, 70 anos, inclusive, ele recitou um poema de sua autoria que exorta as belezas naturais da Comunidade de Santa Maria e pede que seja preservada a natureza na Amazônia.

É natural que o lugar se torne tão importante para aqueles que o vivem que acabe criando nelas um sentimento de cuidado com o mesmo. As relações com o lugar criam laços de afetividade que, como pudemos observar na comunidade de Santa Maria, se torna mais forte

entre os camponeses, pois o lugar é o espaço que lhes permite manter sua existência, tanto material quanto imaterial. A campesinidade, calcada na geograficidade, permite interações com o ambiente que se firmam na essência da existência do ser e do modo de vida camponês, ligando o homem ainda mais à Terra, do que no modo de vida urbano.

Com isso, ao vislumbrar o campesinato enquanto ordem moral e modo de vida na Comunidade de Santa Maria, fica claro que esse elemento do modo de vida dos moradores locais, assim como as urbanidades no rural, possui uma forte influência na forma como o homem da comunidade significa e ressignifica seu espaço vivido, concebendo o lugar a partir de sua cultura, de seus valores sociais e individuais.

## CAPÍTULO III

### A GEOGRAFICIDADE NO ESPAÇO VIVIDO DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DE VILA AMAZÔNIA

Pensar a Geografia vivida pelos moradores da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia é pensar no lugar do seu cotidiano, a porção da Terra onde cada morador crava seus sentimentos de afetividade com o espaço geográfico. Enquanto lugar, a comunidade de Santa Maria enleva diversos significados e ressignificados nos moradores locais. Observamos, com isso, uma porção do espaço geográfico que vai além do rural e do urbano, como já vimos anteriormente, que perpassa pela vida de cada sujeito que ali vive, ou mesmo passa, e deixa suas marcas. Falamos aqui de topofilias e topofobias que nasceram ao longo da história deste lugar e que tem marcado a construção da identidade local, que surge a partir de inúmeras experiências ocorridas neste espaço vivido.

Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão do lugar com base na experiência empírica da observação direta e das entrevistas com moradores deste lugar. Retomaremos o conceito de lugar na geografia cultural humanista, galgada na ideia de espaço vivido proposta por Dardel (2011), que influenciou fortemente o pensamento de Relph (1976) e Tuan (2013). Após a reflexão acerca do lugar, iremos à discussão do lugar enquanto espaço construído na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, buscando mostrar, por meio de imagens fotográficas, o lugar da pesquisa, no intuito de justificar a geograficidade que transparece nas falas dos sujeitos entrevistados.

#### 3.1 Espaço Vivido e Lugar: a essência da geografia humanista

---

Vislumbrando o mundo tal qual ele se apresenta para cada um de nós, vemos que ele é o mesmo, porém não é visto da mesma forma por cada um. Isso ocorre porque, quando crescemos em uma determinada porção do espaço que compõe este mundo, nos é entranhado uma gama de elementos culturais que nos fazem enxergar cada pedaço do planeta de uma maneira diferente e, muitas vezes, divergente da forma como os “outros” veem este mesmo mundo. Se torna difícil, quiçá impossível, descrever o mundo de uma única forma. Mas,

podemos aproximar os diferentes olhares do mundo e constituir uma visão mais coletiva deste. Assim, a partir dessa visão coletiva, observamos a essência do espaço geográfico, captada por meio da geograficidade que cada sujeito possui, que o liga a este mundo de forma existencial.

As diferentes formas de ver o mundo, criam espaços específicos dentro do espaço macro que é a Terra. Essas especificidades é que embasam nossa ideia de lugar. De forma escalar, o lugar se torna uma pequena porção do espaço geográfico onde depositamos emoções, símbolos e significados. Não se trata apenas de localização, mas de uma porção da Terra onde criamos laços mais firmes a partir de nossas experiências cotidianas, onde exprimimos sentimentos, de afeto ou aversão, que passam a compor nossa essência geográfica, que Dardel (2011) vai chamar de geograficidade, criando a ideia de espaço vivido: “Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade (géographicité)* do homem como modo de sua existência e de seu destino” (DARDEL, 2011, p. 1-2)

Para Tuan (2013) o lugar é o espaço dotado de valor, concretizado pela experiência que a percepção propicia ao homem. “A experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos” (TUAN, 2013, p. 14) e assim teremos lugares distintos mediante cada experiência. Neste sentido surge, em Tuan (2012), a ideia de topofilia, que “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 2012, p. 19). O lugar, então, toma a dimensão de espaço vivido, engendrado pela geograficidade de Dardel (2011), que torna o espaço geográfico mais subjetivo que aquele estudo, por muito tempo, nas linhas dominantes do pensamento geográfico.

O lugar eivado de valor, influencia e é influenciado pelo modo de vida das pessoas que o percebem. “A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo” (TUAN, 2012, p. 30). A percepção do lugar os torna mais, ou menos, agradáveis, suscetíveis de sentimentos de afeto ou aversão, o que nos levaria à ideia de existência de uma topofobia, como antônimo de topofilia. Assim, lugares agradáveis para alguns podem não ser agradáveis para outros. Tomamos por exemplo, na Comunidade de Santa Maria, a questão de lugares que servem de área para uso de drogas. Nas proximidades do campo de futebol, que se localiza próximo à igreja católica da comunidade, existe um lugar ermo que é utilizado por usuários de drogas. Muitos moradores não gostam de passar próximos àquela localidade por terem medo de serem molestadas pelos frequentadores do lugar. Assim, muitas pessoas criaram uma aversão àquele lugar, tornando-o topofóbico perante a percepção de muitos moradores da Comunidade de Santa Maria.

Ao mesmo tempo, o campo de futebol, que já foi muito frequentado em tempos passados, conforme relata alguns entrevistados, hoje tem se tornado um lugar abandonado, onde muitas pessoas criaram um sentimento de saudosismo, mas não costumam mais frequentar, devido à proximidade com o lugar relatado anteriormente onde usuários de droga fazem uso de entorpecentes diuturnamente, como relatam alguns entrevistados. Desta forma, vemos que o contexto espacial e temporal, influencia diretamente na percepção que as pessoas têm do lugar: “a sensação de tempo afeta a sensação de lugar” (TUAN, 2013, p. 227).

O fator tempo tem uma influência grande no lugar. Além das mudanças que ocorrem no lugar, por qualquer motivo que seja, com o passar do tempo, o passado, enquanto elemento temporal, remete a imagem dos lugares que permanecem na memória, e, portanto, nas relações de topofilia/topofobia que foram criadas naquele lapso temporal. “As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma é comum a todos: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade” e nisso, o lugar traz de volta a lembrança daquilo que já fomos um dia, numa forma de cotejo com o que somos hoje.

O lugar, em si, guarda sua memória, por meio dos objetos que o compõe: prédios antigos, por exemplo, guardam a lembrança de tempos em que o lugar possuía uma característica distinta da atual. Fotografias, também, revelam essas características dos lugares e trazem à tona os valores que o lugar possuía no passado. A exemplo disso, vemos que na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, pouco resta do lugar nipônico que pairou sobre aquele espaço vivido em tempos mais antigos. Da administração de J. G. Araújo resta o casarão, que se encontra muito deprezado e desgastado pelo tempo. Mas, como vimos no capítulo I, na memória do senhor Zeferino, 70 anos, ainda se tem a recordação do lugar, valorado de forma individual, mas que guarda a identidade, tanto da pessoa, quanto do espaço vivido.

Para Relph, por sua vez, o lugar (*place*) também parte das concepções de percepção que temos do espaço. Além disso, o autor criou a ideia de *placelessness*, “para designar as formas estandardizadas, repetidas e com uniformidade de sequência, como os conjuntos habitacionais e algumas lanchonetes fast food distribuídas ao longo das estradas” (LEITE, 1998, p. 14). Com isso, Relph, assim como Tuan, inspirado na obra de Dardel, de 1952, parte da experiência que o homem tem com o espaço vivido para definir o que vem a ser o lugar.

Para RELPH (1976: 29), a localização ou posição não é condição necessária ou suficiente para a constituição do lugar. Ao contrário “[...] eles são experimentados como no 'chiaroscuro' do cenário, paisagem, ritual, rotina, outras pessoas, experiências pessoais, cuidado e preocupação com o lar, e com o contexto dos outros lugares” (HOLZER, 1999, p. 71).

Os lugares geográficos são, eles próprios, produtos narrativos que se constituem tanto daquilo que se manifesta física e socialmente neles quanto dos discursos e falas que se dobras sobre eles. Dito de outra forma, o que se diz do Rio de Janeiro – seja em palavras ou imagens – é tanto o Rio de Janeiro quanto todas as construções e pessoas e relações naturais e sociais que se dão naquele ponto do território brasileiro (OLIVEIRA Jr, 2014, p. 122)

Isso ocorre porque, como continua Oliveira Jr., “não nos relacionamos e agimos em relação a um lugar [...], somente com o que existe lá, mas sim, e principalmente, pelo que sabemos de lá” (2014, p. 122), mais fortemente a partir do sentido afetivo que atribuímos a este lugar. Com isso, reforçamos a ideia de lugar em Relph, pois o lugar só é concebido a partir do momento em que o valoramos de alguma forma. “Como indivíduos e membros de comunidades, nos conectamos com o mundo por meio de lugares que geralmente possuem nomes ou uma identidade específica” (RELPH, 2014, p. 22), o que liga a ideia de lugar à geograficidade, de Dardel (2011).

Geografia como estudo de lugares se refere à descrição e comparação de diferentes partes específicas do mundo; geografia como estudo do lugar baseia-se (e ao mesmo tempo transcende), naquelas observações particulares para esclarecer as maneiras como os seres humanos se relacionam com o mundo. (RELPH, 2014, p. 22).

Temos ainda, em Relph, a ideia de lugar-sem-lugaridade, o que ele chamou de *placelessness*. Assim,

Em sentido trivial, como localização, toda parte é um lugar, mas, em um nível mais complexo, lugar se refere às configurações diferenciadas do seu entorno, pois são focos que reúnem coisas, atividades e significados. Sempre que a capacidade do lugar de promover reunião é fraca ou inexistente temos não-lugares ou lugares-sem-lugaridade. Essas ideias são importantes porque permitem entender lugar pela ausência, tanto quanto pela presença. (RELPH, 2014, p. 25)

O lugar é construído, tem um sentido e capacidade de reunir qualidades, experiências e significados. Assim, os lugares que não possuem essas características são *placelessness*. Mas não se deve tomar a ideia de contrariedade entre *place* e *placelessness*, pois o que temos são intensidades de relações, uma “expressão do equilíbrio entre particularidade e uniformidade” (RELPH, 2014, p. 25), ou seja, entre o sentido subjetivo individual que é atribuído ao lugar e as generalizações objetivas impostas a eles.

Temos, então, no lugar a essência da geograficidade. É no lugar que que acontecem nossas experiências geográficas, nossas relações com a Terra. “Entre o Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser” (DARDEL, 2011, p. 6) e o lugar se torna, assim, o espaço onde o nosso corpo manifesta essa cumplicidade. A construção do lugar,

assim, acontece por meio de nossas relações intersubjetivas, como nos diz Merleau-Ponty (1994, apud Nogueira, 2014):

[...] será preciso despertar a experiência do mundo tal como ele nos aparece enquanto estamos no mundo por nosso corpo, enquanto percebemos o mundo com nosso corpo. Retomando assim o contato com o corpo e com o mundo é também a nós mesmos que iremos reencontrar, já que se percebemos com nosso corpo, o corpo é um eu natural, é como que o sujeito da percepção, do conhecimento. (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 248 apud NOGUEIRA, 2014, p. 42)

A compreensão do mundo e do espaço geográfico se dá a partir da construção do lugar, a partir de sua essência concebida por meio de nossas experiências e experimentações. O lugar se torna a extensão de nosso próprio corpo, aquiescendo no interior de nossa consciência como parte do ser que nos constitui. Segundo Tuan (2013) as posturas corporais, divisões e valores extrapolam para o espaço circundante, e as experiências íntimas com o lugar o dotam de definição e significado. Enquanto espaço vivido, o lugar herda os mais íntimos sentimentos do homem.

A partir dessas acepções, chegamos às mais variadas formas de lugar. Dentre essas formas, o lar e a terra-natal, se tornam os lugares de nossas afeições mais profundas com a Terra. Os adjetivos mais primorosos se atrelam ao lar: “não há lugar como o lar”, diz o dito popular. Isso porque o lar é o espaço de nossas primeiras experiências com o mundo. Ele se torna acaalentador, pois o sentido de aconchego que parte do colo da mãe para a criança fica marcado no mais profundo do nosso ser, e esta manifestação se expressa no espaço, no lar onde a criança cresce biologicamente.

A ideia de lar enquanto um lugar íntimo, onde estão depositadas as mais afetivas emoções subjetivas e individuais do homem, ultrapassa a composição física que lugar possui. Segundo Edward Relph (2014), o lar é mais que um espaço físico, se refere à proximidade do ser enquanto consciência de existência das coisas, da totalidade e conectividade com o mundo.

O lar, e na verdade todo lugar, não é delimitado por limites precisamente definidos, mas, no sentido de ser o foco de intensas experiências, é ao mesmo tempo sem limites. Lugar é onde conflui a experiência cotidiana, e também como essa experiência se abre para o mundo (RELPH, 2014, p. 29)

Quanto mais se experimenta o espaço vivido, mais laços afetivos o valorizam e o tornam um lugar topofílico, ou, simplesmente, um *place*. Ao passo que, experiências com o espaço vivido que nos desagradam, ou que não denotam ausência de afetividade, fazem surgir a ideia de topofobia, ou, segundo Relph, um *placelessness*. Com isso, ao vislumbrar os espaços vividos no cotidiano dos moradores da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, nos deparamos com muitos lugares, muitas topofilias e topofobias, e lugares-sem-lugaridade (*placelessness*).

Neste sentido, partiremos agora para exposição dos resultados da pesquisa que focou na observação dos lugares a partir da concepção de geograficidade, que constrói, reconstrói e “destrói” os lugares da Comunidade.

### **3.1.1 O espaço vivido e lugar na comunidade de Santa Maria: para além do rural e do urbano**

O espaço geográfico está justaposto nas diversas concepções que o homem constrói em suas relações com o meio e entre si. É perceptível, vivido no cotidiano da sociedade, impregnado de símbolos e significados. É concebido “a partir das relações dos homens com as coisas dos lugares que conhecem, que vivem” (NOGUEIRA, 2014, p. 41). A objetivação do espaço geográfico por muito dominou os estudos geográficos. No entanto, para compreender a verdadeira relação que possuímos com o espaço é preciso nos liberarmos da ideia de um espaço aquém da essência humana.

Como já tratamos neste trabalho, o espaço que nos circunda é valorado a partir de nossas experiências corporais com ele. Nisso, a geografia deve nos colocar “no espaço em nossa dimensão, em um espaço que se dá e que responde, espaço generoso e vivo aberto diante de nós” (DARDEL, 2011, p. 26). Assim, o espaço vivido no cotidiano de cada indivíduo se transforma em lugar e se qualifica a partir das experiências individuais que temos com ele, indo para além das categorizações que a geografia clássica e marxista impuseram sobre este espaço.

Não estamos aqui querendo inferiorizar os estudos já realizados acerca do espaço e do lugar por outras correntes do pensamento geográfico. O que queremos mostrar, a partir da experiência na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, é que o espaço é vivido e marcado por subjetividades que lhe atribuem sentidos que vão além das categorizações objetivas existentes.

O espaço geográfico não é simplesmente natural ou cultural, rural ou urbano. Ele é tudo isso e muito mais. Ele é substantivo e adjetivo. Apesar de ser material, ele possui essência imaterial. É telúrico, aéreo, aquático, construído. Ele é lugar, e não-lugar. O espaço é plural, e não singular. São “espaços que, para o homem diferem em qualidade e significado” (DARDEL, 2011, p. 27).

Queremos mostrar aqui um espaço vivido, que vai além de rural e urbano, mas que, por causa da popularização destes termos, não consegue se desvencilhar destas categorizações. Não

que seja correto ou incorreto categorizar. É importante entender essas categorias geográficas como características espaciais, mas não podemos reduzir o espaço vivido a elas.

A geograficidade, exalada a cada suspiro que damos, nos revela um espaço assimétrico, plural em sua essência, dinâmico. Não há como conceber um espaço vivido, um lugar, se não nos relacionamos com ele, se não o experienciamos. O que é urbano ou rural frente aos valores que atribuímos ao espaço? Não é à toa que optamos, para um melhor entendimento, utilizar a ideia de urbanidades no rural e campesinidade para compreendermos melhor como se dá a geograficidade no cotidiano dos moradores da comunidade de Santa Maria.

Considerando que o lugar é construído a partir do momento em que nos relacionamos com as coisas que compõem sua fisionomia, de acordo com Nogueira (2014), a concepção da comunidade de Santa Maria cria e recria diversos lugares. Muitos desses lugares estão guardados no saudosismo das memórias dos moradores mais antigos. Outros lugares têm figurado como não-lugares, não conseguindo reunir experiências e significados por meio das experiências imediatas (RELPH, 2014) das pessoas que ali vivem.

O lugar pode assumir características excepcionais onde paira uma essência de espiritualidade. Neste sentido, templos acabam sendo constituídos como lugares sagrados, onde as pessoas buscam transcendencialidade, um contato com seres superiores, como uma forma de plenitude espiritual. Enfatiza-se uma experiência do lugar como uma experiência espiritual (ROSENDAHL, 2008). Surge assim, a ideia de espírito do lugar, com gênese na crença dos indivíduos sobre o lugar. Assim, segundo consta em Relph (2014),

Os sítios de igrejas e templos são frequentemente identificados pelo poderoso espírito do lugar, [...] que refere-se a lugares que têm uma identidade muito forte e todas as partes parecem funcionar perfeitamente em conjunto (2014, p. 23)

Como exposto por Silva (2015), as comunidades rurais no Amazonas apresentam em sua constituição um templo, que figura como um lugar inserido em uma área de uso comum (figura 32). Esta representação do espaço não é tão diferente na comunidade de Santa Maria, onde o templo possui uma espacialidade ligada ao sagrado, como um lugar excepcional experienciado com base na religiosidade. Mas, diferente do que acontece na maioria das comunidades rurais do município de Parintins, a Igreja Católica não figura mais como única igreja da comunidade. Encontramos na comunidade templos de outras congregações religiosas cristãs, principalmente, que figuram como espaços sagrados, como lugares sagrados (figuras 33, 34 e 35 e 36).



**Figura 32:** Representação esquemática dos elementos Centrais das comunidades rurais no Amazonas. Fonte: Silva (2015), com base em Cruz (2006); Fraxe (2011) e Silva (2009).



**Figura 33:** Templo de uma igreja cristã protestante na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 34:** Templo de igreja cristã protestante na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.  
Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 35:** Igreja católica na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.  
Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 36:** Primeira igreja católica erguida na comunidade. Foto: Anderson Tavares, 2014.

Na fala do Sr. Aureliano, 50 anos, entrevistado durante as pesquisas de campo,

a igreja é muito importante pra gente, pois é ela que ainda possibilita nos sentirmos comunidade. Todo domingo é uma alegria encontrar com o pessoal depois da missa da manhã pra colocar a conversa em dia (risos). [...] Eu me sinto muito bem estando lá, não só por isso, mas por estar mais perto de Deus também. (Trecho do relato do Sr. Aureliano, 50 anos, extrativista).

Como podemos notar pela fala acima, o lugar não se constitui apenas por um sentido (sagrado), mas vemos as experiências religiosas envolvidas pelas experiências sociais. Além do espírito do lugar, a igreja figura como um lugar de sociabilização, um lugar de reunião de experiências, de sentidos. É um espaço vivido em que símbolos e significados religiosos pousam sobre a extensão do ser em contato com o metafísico espiritual.

A compreensão singular da experiência do lugar é marcada por momentos de transcendências, os quais, a cada tempo sagrado expressam a ordem divina. A religião imprime uma marca na paisagem através da cultura. A prática religiosa – ida ao santuário, atividade religiosa, o comportamento dos crentes envolvendo as interações espaciais – representa uma das diversas maneiras pelas quais a religião age sobre pessoas e lugares. (ROSENDAHL, 2008)

Enquanto espaços sagrados, os templos e seus arredores se tornam lugar de inspiração religiosa.

“Quando a gente passa em frente à igreja, a gente se benze pra mostrar respeito à Deus. [...] O sinal da cruz representa nossa fé em Jesus Cristo” (Trecho do relato do Sr. Zeferino, 70 anos, aposentado).

O sr. Zeferino tem sua residência situada em frente à igreja católica de São Francisco Xavier. A presença do templo reforça o sentido de comunidade que une os moradores em grupo social.

O sagrado figura a partir de uma experiência íntima com o lugar, que o torna superlativo e, assim como o lar, nos leva a sensações boas e acalentadoras. A ideia de proximidade com o divino torna o lugar sagrado dos templos um espaço onde a vida ganha um sentido espiritual. “A comunidade religiosa vivencia o lugar a sua maneira, de forma a construir um ponto fixo em que reencontra suas lembranças”, segundo Zeny Rosendahl (2008). Ainda segundo a autora,

A experiência da fé em termos geográficos, deve ser explorada no lugar em que ela ocorre. Este lugar está impregnado de simbolismo e não foi meramente descoberto, fundado ou construído, mas reivindicado, possuído e operado por uma comunidade religiosa [...]. Os lugares sagrados são também fornecedores de regras e significados com que os grupos envolvidos encontram sentido para as suas práticas religiosas. (ROSENDAHL, 2008)

Os lugares de convívio social também se destacaram nas observações feitas sobre o espaço vivido. Além das igrejas, escolas, campos de futebol, bares e restaurantes e a sede comunitária, se tornam lugares de convívio social, levando o indivíduo a compartilhar suas experiências com o outro das mais diversas formas. São espaços uniformes em determinados momentos, mas engendram significados. O ritmo da vida social na comunidade leva os moradores locais a experienciar os lugares de forma diferente daqueles que vivem na cidade. Apesar de urbana em sua fisionomia (figuras 37, 38 e 39), a comunidade de Santa Maria ainda carrega sua essência de comunidade rural no convívio que muitos caboclos-ribeirinhos ainda preservam em sua geograficidade.



**Figura 37:** Rua pavimentada na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Destaque para a estrutura de distribuição de energia elétrica e casas em alvenaria. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 38:** Estabelecimento de ensino profissionalizante privado, com cursos de idioma e informática, além de prestação de serviços gráficos. Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 39:** Rua pavimentada em asfalto. Destaque para o estabelecimento comercial de estivas em geral e residências em alvenaria, na Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

Em muitas áreas da comunidade de Santa Maria as ruas ganham características de não-lugares. Devido ao aumento no fluxo de veículos automotores na comunidade, principalmente motocicletas, as ruas deixaram de ser seguras, deixaram de figurar como lugar para as brincadeiras das crianças. Dona Júlia, 44 anos, agricultora, que vive na comunidade há mais de 20 anos, relata:

“Antigamente, se via muita criança brincando nas ruas, jogando bola, brincando de manja... hoje tem muita moto por aqui e pessoal anda ‘doido’, muito rápido. Tem acontecido muitos acidentes e a gente não deixa mais nossas crianças ficarem brincando na rua como a gente brincava na idade delas” (Trecho do relato de Dona Júlia, 44 anos, agricultora).

Devido às urbanidades, muitos lugares se tornaram lugares-sem-lugaridade, ou não-lugares, segundo a tese de Relph (2014), porque perderam sua capacidade de reunião. As experiências vividas em momentos passados não ocorrem mais no tempo presente. A transformação da fisionomia do lugar promovida pelas urbanidades no rural afetam a geograficidade dos indivíduos da comunidade. A sede comunitária, por exemplo, já fora um centro de reuniões mais frequentada, segundo o sr. Antônio, que vive ali desde o final da década de 1970. O Sr. Antônio, 68 anos, aposentado, morador da comunidade há mais de 30 anos, relata que:

“As reuniões eram bem participadas e nós fazíamos questão de reunir pra decidir muitas coisas sobre a comunidade. Hoje, muita gente dos antigos não participam mais e as reuniões são mais políticas. Assim, ninguém gosta mais de ir...” (Trecho do relato do Sr. Antônio, 68 anos, aposentado).

Novos sentidos e significados são dados aos lugares. São os mesmos espaços, mas com símbolos e significados distintos daqueles de tempos atrás. Além disso, novos lugares surgiram e passaram a figurar como lugares sociais, onde as pessoas buscam se reunir para diversas finalidades. Clubes de dança (figura 40), por exemplo, tomaram o lugar do barracão, que antigamente servia para as festas da comunidade.



**Figura 40:** Clube Beira Rio, espaço utilizado para festas, na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

A eletricidade promoveu mudanças no comportamento social da comunidade. O espaço e o tempo passaram a possuir novos significados a partir do momento em que a eletricidade passou a fazer parte do lugar na comunidade de Santa Maria.

“Hoje, muita gente prefere ficar nas suas casas, assistindo televisão, do que ir à missa, ou às reuniões comunitárias...”, diz a Dona Júlia (2015).

A campesinidade também sofre influência do fator eletricidade. Notamos, que muitas das atividades agrícolas que eram desenvolvidas para sustentar a família, hoje deixaram de ser desempenhadas por causa da eletricidade. Observamos que muitos moradores da comunidade preferem comprar um frango congelado no mercadinho, uma carne no açougue, ou um peixe na feira e estocar na geladeira, do que criar galinha ou gado bovino, ou pescar. As verduras e hortaliças, também compradas em quiosques ou na feira, também vão para geladeira, não havendo mais a necessidade de plantio.

Aqueles que ainda fazem plantio, o realizam mais para venda do que para o consumo próprio. Isso muda a relação com a terra e transforma os lugares. Os significados são outros. A terra continua sendo para o trabalho, e o trabalho ainda é para a manutenção da casa, mas o foco

não é mais produção para consumo próprio e sim para venda, que, de forma direta, contribui para a manutenção da casa. O roçado é o lugar do trabalho, o lugar para o sustento da casa, mas não é mais o único. A casa também é mantida por programas de assistência social do governo por meio de bolsas de assistência.

O espaço vivido, com isso, passa a ter novas conotações, mas sua essência ainda permanece. Essas novas significações, ou ressignificações criam e recriam territorialidades, que, por sua vez, interferem na identidade do lugar e na identidade dos sujeitos que vivem o lugar. Não há como conceber o lugar sem atá-lo às emoções e valores que o sujeito que vive este lugar atribui a ele. Não podemos conceber a Comunidade de Santa Maria sem considerar as significações e ressignificações dos moradores locais.

### 3.2 Territorialidades e ressignificações no espaço vivido dos moradores da comunidade de Santa Maria: a configuração da geograficidade

---

O espaço vivido é lugar e território. Assim como o lugar, o território tem uma grande importância para os estudos geográficos. Por vezes, a ideia de lugar se confunde com a ideia de território. Mas, além do território em sua concepção mais objetiva, vemos que, a partir dos estudos da geograficidade, a constituição de territorialidades emerge em conjunto com a constituição de lugar. Assim como o lugar enseja uma subjetividade individual e coletiva, a territorialidade também parte de uma subjetividade individual e coletiva, resultado de uma construção social.

O conceito de territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (ALBAGLI, 2004, p. 28)

É neste sentido de identidade que iremos entender a territorialidade para nosso trabalho. Não nos referimos apenas à identidade social que é criada a partir da territorialidade. A própria identidade do lugar parte dessa premissa. É no espaço geográfico que se manifestam as relações humanas, e é nele e com ele que se criam os valores que atribuímos ao lugar. Não há como pensar lugar sem pensar a forma como nos relacionamos com o espaço. O lugar é resultado

disso. E a territorialidade, que também compõe o sentido humano de espaço, reforça os significados e ressignificados que damos ao espaço vivido, ao lugar.

A concepção de lugar e territorialidade por meio da geograficidade que liga o homem à Terra, nos permite a observação da construção de uma identidade específica para cada lugar. A identidade surge como resultado das interações entre o homem, por meio de seu senso sociocultural, e o meio que o circunda, ou seja, seu espaço vivido. Não há como conceber essa relação sem considerar o papel primordial da geograficidade, que atua como a força motriz da relação. É o elo visceral que homem, enquanto um ser geográfico, possui com a Terra, que lhe impulsiona a tê-la como sua, como se esta fizesse parte dele próprio de forma a complementá-lo, dando sentido à sua própria existência.

A “situação” de um homem supõe um “espaço” onde ele “se move”; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o *lugar* de sua existência. “Perder a localização”, é ser desprovido de seu “lugar”, rebaixado de sua posição “eminente”, de suas “relações”, se encontrar, sem direções, reduzido à impotência e à imobilidade. (DARDEL, 2011, p. 14)

Este trecho de Dardel nos mostrar quão ligados ao espaço nós somos, e que não se perceber inserido em um espaço nos leva à “perdição”, à falta de identidade. É o espaço que nos fornece uma identidade. Somos nortistas, amazônidas, amazonenses, parintinenses. O Norte, a Amazônia, o estado do Amazonas, Parintins, são os lugares nominados a partir de relações de poder e de pertença, que cria uma identidade de pertencimento. Ou seja, a noção de poder, de pertencer, cria a ideia de identidade do lugar, nominando-o, identificando-o. Assim, a partir de nossas relações com este lugar, com este território, nos identificamos como fazendo parte dele e ele de nós.

Se sentir parte do lugar, influencia o modo como concebemos este lugar. Por vontade própria, ninguém vive obrigado em um lugar. Nem sempre o escolhemos, mas nossas relações sociais e de afetividade nos ligam a ele de forma natural, como um filho que se liga a seus pais. São laços primordiais de existência.

Como já vimos neste trabalho, as urbanidades no rural criam territorialidades híbridas, que figuram ora como rural, ora como urbano. Isso ilustra a dinamicidade do espaço e, por consequência, da geograficidade, criando lugares e lugares-sem-lugaridade. A identidade do lugar é afetada, pois não há como identifica-la dentro dos conceitos já existentes sobre a categoria. A identidade do grupo também é afetada, uma vez que, como extensão do ser, o lugar reflete suas características subjetivas. Enfim, vislumbraremos a partir daqui a configuração das

territorialidades na comunidade de Santa Maria, embasada na geograficidade que norteia o modo de vida das pessoas que vivem o espaço dessa comunidade no seu cotidiano.

### 3.2.1 As transformações no espaço da comunidade de Santa Maria e construção da identidade do lugar



**Figura 41:** Imagens do lugar que serve de porto na comunidade Santa Maria de Vila Amazônia.  
Fotos: Anderson Tavares, 2015.

Olhando as imagens acima (figura 41) temos a primeira visão do que vem a ser a comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Os barcos atracados na encosta, que serve de porto para a comunidade, revelam uma realidade amazônica, onde as principais vias de

circulação são fluviais. O trajeto para se chegar ao lugar parte da cidade de Parintins, que complementa as territorialidades urbanas existentes na comunidade de Santa Maria.

A noção de “bairro de Parintins”, citada no capítulo I, cria a primeira identidade do lugar. Partindo das significações atribuídas por aqueles que residem em Parintins, a comunidade de Santa Maria figura como um bairro distante, onde muitos almejam adquirir um terreno para construir um lugar para o lazer, tendo em vista se tratar de uma área que, mesmo sendo urbanizada, está afastada da cidade.

Em muito a cidade figura como um espaço de atribulações. Trânsito, trabalhos cansativos, violência, todas essas situações remontam a paisagens do medo, como descrito por Tuan (2005): “consideremos a imagem popular da cidade como uma ‘selva’. Essa metáfora pode se referir ao ambiente físico da cidade com seu emaranhado de ruas ou à população desorganizada e perigosa das ruas” (2005, pp. 250 – 251). Devido a essas situações os espaços mais afastados da cidade acabam figurando como um lugar de refúgio. E é neste sentido que conseguimos caracterizar a comunidade de Santa Maria, como um lugar de refúgio.

Esta busca por refúgio na comunidade de Santa Maria tem levado algumas pessoas a migrarem para o local. Este é o caso de Lucas, 39 anos, técnico em agropecuária, que decidiu largar a vida na cidade de Parintins e se mudou para viver na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia há cerca de 07 anos, onde presta serviço de assessoria técnica para o INCRA e outros órgãos governamentais, como o IBAMA e o IPAAM. Lucas relata:

“Eu já vinha realizar trabalhos por aqui há algum tempo. Daí eu me afeiçoei ao lugar e resolvi me mudar pra cá. Hoje eu vivo aqui bem tranquilo” (Trecho do relato do Sr. Lucas, 39 anos, Técnico em Agropecuária).

Perguntado o motivo que o levou a se mudar, ele respondeu:

“É por causa da proximidade com a cidade de Parintins. Qualquer coisa eu pego uma lancha ou a balsa e vou lá rapidinho resolver algum problema. Além disso, aqui é bem tranquilo e a infraestrutura da comunidade é boa, não é como outras comunidades rurais daqui de Parintins” (Trecho do relato do Sr. Lucas, 39 anos, Técnico em Agropecuária).

O fato de se tratar de uma comunidade rural ainda concebe a ideia de tranquilidade, de sossego, de um ritmo de vida mais lento, diferente da vida da cidade contemporânea. Mesmo assim, não podemos desconsiderar o fato de que a comunidade de Santa Maria é urbanizada.

Apesar de não existir oficialmente uma divisão por bairros, a comunidade criou territorialidades próprias desse tipo de divisão territorial. Neste contexto, observamos a existência de uma “área antiga”, como os próprios moradores locais denominam; uma “área

nova”, também chamada assim pelos populares; a “área da laje”, onde se concentra uma grande quantidade de pescadores; e a “invasão” ou “bairro independência”, área surgida no final do ano de 2014.

A chamada “área antiga”, é onde tudo começou na comunidade de Santa Maria. Se caracteriza por ser o espaço com mais infraestrutura urbana. É nesta porção do território da comunidade que se encontra a subestação da Amazonas Energia S/A, o reservatório (caixa d’água) que abastece a rede hidráulica da comunidade, o posto de saúde, o centro de convivência do idoso, uma biblioteca municipal, e o posto policial, o porto, o supermercado, e o posto de gasolina (figuras 42 a 48). É neste lugar, que residem os moradores mais antigos da comunidade. É o lugar da memória, da história de Vila Amazônia.



**Figura 42:** Prédio da biblioteca municipal instalada na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 43:** Área que funciona como porto na comunidade. Hoje, esta área encontra-se interdita para a construção do porto local, conforme já foi visto neste trabalho. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 44:** Detalhe da área de atracagem das embarcações para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias no local utilizado como porto na comunidade de Santa Maria. Fotos: Anderson Tavares, 2015.

“Hoje aqui é muito bom, temos um posto de saúde, uma escola pras crianças pequenas, tem um centro do idoso, tem um posto da polícia. Não é o melhor, mas a gente tem alguma coisa. Antes tudo nos tinha que ir pra cidade, nossos filhos tinha que ir estudar

pra lá desde pequeno. Falta muita coisa ainda pra ficar melhor essa Vila, mas estamos lutando pra isso” (Relato de dona Júlia, 44 anos, agricultora que já trabalhou a frente da associação comunitária local).



**Figura 45:** Pequeno prédio que serve como posto policial para a comunidade de Santa Maria. Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 46:** Prédio onde funciona o posto de saúde local na comunidade de Santa Maria. Foto: Anderson Tavares, 2015.

“Foi aqui que tudo começou... aqui era um lugar muito bom, se tinha sossego, as crianças brincavam nos terreiros sem preocupação. Hoje é bom, porque temos mais conforto, a gente pode ter uma televisão, uma geladeira..., mas, nós perdemos o contato com os vizinhos, a gente quase não se fala, porque é todo mundo ocupado e quando sobra um tempo a gente prefere ver televisão [risos]... o que a gente ainda tem de bom aqui é esse centro do idoso, aqui perto, onde a gente encontra o pessoal das antiga e troca umas conversas... a gente fica lembrando como era antigamente...”. (Trecho da fala do Sr. Aureliano, 50 anos, extrativista).

A fala aqui reproduzida, mostra como as pessoas mais antigas concebem o espaço vivido nesta porção da comunidade de Santa Maria.



**Figura 47:** Prédio onde funciona o Centro de Convivência do Idoso na comunidade de Santa Maria. Foto: Anderson Tavares, 2014.

Na concepção dos moradores mais recentes da comunidade, como, por exemplo, o Sr. Lucas, 39 anos, vemos que sua relação com o lugar se dá pelo fato da existência da infraestrutura urbana na comunidade.

“Aqui tem mercadinho, açougue... o sinal de celular é bom [risos], nem parece que a gente tá no interior. Dificilmente eu vou à cidade, só quando é pra resolver algum problema por lá. Aqui a gente vive bem, não tenho o que reclamar. Talvez falte construir uma agência bancária aqui, ou uma lotérica, pelo menos. Se isso acontecesse, aí é que eu não iria mais na cidade tão cedo [risos]...”. (Trecho da entrevista com o Sr. Lucas, 39 anos, técnico em agropecuária)



**Figura 48:** Posto de gasolina na comunidade de Santa Maria. Foto: Anderson Tavares, 2014.



**Figura 49:** Estabelecimento comercial na comunidade de Santa Maria.  
Foto: Anderson Tavares, 2014.

Percebemos, deste modo, a importância da presença das urbanidades no rural para a significação do espaço vivido para os moradores da chamada “área antiga” da comunidade de Santa Maria. As mudanças na vida social provocadas pelas urbanidades são mais perceptíveis para aqueles que vivem há mais tempo na comunidade. Isto ocorre porque o nível de urbanização apresentado hoje naquele lugar começou a se constituir, de forma gradativa, segundo informações dos moradores mais antigos, há pouco mais de 20 anos.

Muitos dos moradores mais recentes da comunidade, residindo ali há menos de 15 anos, se estabeleceram nos arredores deste núcleo mais urbanizado, principalmente na chamada “área nova” da comunidade. Segundo podemos constatar, a “área antiga” cria a ideia de centro da comunidade, como se fosse um centro de uma cidade, onde temos a concentração do comércio e dos serviços do lugar.

A chamada “área nova” (figura 49), por sua vez, não possui toda infraestrutura que encontramos na “área antiga”. Muitas das pessoas que ali residem se estabeleceram por meio da distribuição de lotes concedidos pelo INCRA. As vias de circulação são de piçarra ou “terra batida”, mas as casas possuem abastecimento de água e energia elétrica. Existem muitos estabelecimentos comerciais (figura 50), principalmente à margem da estrada que liga a comunidade de Santa Maria às demais comunidades da Gleba de Vila Amazônia. Temos uma forte atividade comercial e pouca atividade agrícola, assim como na “área antiga”.



**Figura 49:** Rua situada na chamada “área nova” da comunidade de Santa Maria.  
Foto: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 50:** Estabelecimento comercial na chamada área nova da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. Foto: Anderson Tavares, 2015.

Na realidade, muito da atividade agrícola da comunidade acontece em terrenos situados nos arredores do núcleo urbano. Nestes terrenos, os moradores que trabalham com atividades agrícolas produzem insumos que abastecem a comunidade. Alguns ainda conseguem produzir para o mercado da cidade de Parintins. Porém, muitos agricultores e criadores não sabem o real destino de suas produções, pois vendem a maioria do que é produzido para “atravessadores”, que são pessoas que compram esses produtos para serem revendidos, tanto nas feiras de Parintins quanto para outras cidades próximas, segundo informações dos próprios produtores.

Próximo à “área nova”, temos a “área da laje”, que se situa próximo à encosta que margeia o rio Amazonas (figura 51). Também, caracterizada por sua pouca infraestrutura urbana, esta área também possui estabelecimentos comerciais e possui uma maior concentração de pescadores, que tornam o lugar na terra firme sua morada e encaram o rio como sua “terra” (água) de trabalho.



**Figura 51:** Área da Laje na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.  
Foto: Anderson Tavares.

Tanto a “área nova” quanto a “laje” apresentam áreas híbridas de rural e urbano. Existem terrenos que são utilizados para o cultivo de hortaliças e criação de animais de pequeno porte, como galinha e porco, mas esse tipo de terreno não predomina ali. Vemos uma concentração maior de terrenos utilizados para moradia e para atividades de comércio. Apesar disso, encontramos muitos moradores dessas áreas que trabalham em atividades do setor primário, principalmente na agricultura e na pesca. Há uma presença maior de camponeses nessas áreas do que na “área antiga”, conforme percebemos durante nossas observações.

Considerando este fator, o espaço vivido nessas áreas se caracteriza como o lugar da morada e, em alguns poucos terrenos, o lugar do trabalho.

“Aqui é minha casa e meu lugar de trabalho... esse terreno é o único que eu tenho, por isso planto aqui... não como outros que eu sei que tem terreno pra estrada e plantam pra lá. Eu só tenho esse, então é onde eu planto...” (Trecho do relato do Sr. Inaldo, 28 anos, morador da “área nova” da comunidade de Santa Maria há pouco mais de 05 anos, vindo de uma outra comunidade da Gleba de Vila Amazônia onde vivia com seus pais).

Vemos que a comunidade de Santa Maria, para muitos dos que ali vivem, é concebida como o lugar da residência. Encontramos agricultores, extrativistas, pescadores, dentre outros

camponeses, que trabalham em terrenos afastados do núcleo urbano. Não deixam de ser camponeses por residirem na comunidade onde há uma predominância das urbanidades no rural. Mas, vivem territorialidades híbridas, que tornam seus modos de vida peculiares. A campesinidade, ainda nos permite afirmar esse campesinato, não pelo viés economicista, mas pela ordem moral que configura o modo de vida camponês na comunidade.

Porém, em 2014, uma área próxima à escola Tsukasa Uyetsuka, às margens da estrada que liga a comunidade de Santa Maria às demais comunidades da Gleba de Vila Amazônia, começa a passar por uma ocupação irregular, realizada por pessoas que vieram de várias comunidades rurais da Gleba e, posteriormente, de comunidades rurais de outras áreas do município de Parintins, e até mesmo da cidade de Parintins. Este fenômeno afeta fortemente o modo de vida dos moradores da comunidade, conforme pudemos observar durante a pesquisa.

Esta área, denominada como “invasão” pelos moradores das outras “áreas” da comunidade de Santa Maria, e de bairro independência pelos ocupantes da área, tem dividido os sentidos que se dão ao lugar novo (figuras 52 e 53). Novas territorialidades se constituem a partir dessa prática de ocupação irregular, que já ocorreu em diversas cidades no Brasil.



**Figura 52:** Imagem da área ocupada irregularmente no final do ano de 2014. Fotos: Anderson Tavares, 2015.



**Figura 53:** Imagem da área ocupada irregularmente no final do ano de 2014. Fotos: Anderson Tavares, 2015.

O espaço vivido sossegado da comunidade sofre um certo abalo a partir dessa prática, pouco aceita pelos moradores locais. Muitos motivos provocam sentimentos de aversão a este novo lugar por parte dos moradores que moravam na comunidade antes da ocupação. Um dos motivos é o fato de que na área ocupada existem muitas castanheiras, que são protegidas por lei.

“Não sei como permitiram essa invasão... o pessoal chegou e foi cortando o mato, desmatando sem controle e ninguém fez nada... até disseram que não iam ficar porque ali é uma área protegida, porque tem um monte de castanheira, mas até agora não vi nada acontecer. Isso é muito ruim pra comunidade e pra natureza” (Trecho do relato de Dona Júlia, 44 anos, agricultora).

Essa diversidade no significado do lugar também é observada pelo ponto de vista dos ocupantes.

“Eu sei que muitos dos que estão aqui (*na área ocupada*) precisavam de terra porque não tinham nada no lugar de onde vieram, assim como eu..., mas, sei que tem gente que se aproveitou pra querer terreno só pra depois vender... eles nem tem necessidade de verdade...” (Trecho da fala do Sr. Ricardo, 31 anos, morador da área ocupada).

Pelo relato deste morador vemos que há formas diferentes de se relacionar com este espaço, ou seja, há formas diferentes de conceber o espaço vivido a partir das geograficidades que embasam as territorialidades múltiplas observadas.

Os fenômenos urbanos provocados pelas urbanidades no rural, mudam a paisagem, mudam a concepção do lugar, mudam as significações do espaço vivido. Percebemos que as urbanidades no rural da comunidade de Santa Maria levam os moradores da comunidade, camponeses ou não, a experienciarem um espaço vivido que consegue inserir o urbano no meio

rural sem mudar a essência do lugar, que não deixa de ser rural por causa da urbanização que ali ocorre. Vemos, assim, um lugar que se caracteriza como urbano, mas tem uma alma rural, que constitui uma natureza camponesa.

Temos relações com a Terra que partem dos modos de vida distintos embasados na carga cultural que cada indivíduo carrega consigo, ou seja, nas relações subjetivas que qualificam o lugar das mais variadas formas. E assim, considerando essa geograficidade e as territorialidades, vemos a construção de uma identidade híbrida e múltipla, que figura distinta para cada porção do espaço vivido na comunidade de Santa Maria. Não há uma única identidade, são várias, que variam em consonância com os modos de vida que encontramos naquela localidade. Isso mostra como o espaço vivido é complexo e subjetivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É instigante observar um lugar onde se concentra territorialidades híbridas, como acontece na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia. É instigante observar uma comunidade amazônica que se mostra muito além da visão naturalista que por muito marcou a imagem do rural na Amazônia. É instigante observar o quão dinâmico é espaço geográfico. É assim que observamos a comunidade de Santa Maria, um espaço vivido caracterizado por múltiplas territorialidades que criam e recriam lugares e identidades.

Repito aqui as palavras de Merleau-Ponty (1996), “o mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição[...]” (p. 6). Não há como conceber o mundo enquanto um simples objeto, pelo menos ao observar o lugar chamado Vila Amazônia. O mundo está aí para além das racionalidades que o objetivam. Ele faz parte da essência do ser, “o mundo é aquilo mesmo que nós nos representamos[...]” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 7).

“A história nos mostra uma geografia em ato[...]” nos diz Dardel (2011, p. 1). Isso porque a geografia compõe a essência do *ser* humano, da existência do homem. A compreensão do mundo se dá a partir da nossa compreensão de ser-no-mundo. Enquanto ser-no-mundo nos atrelamos a ele por meio de uma relação concreta que nos liga à Terra, uma *gèographicitè* que figura como modo de nossa existência e de nosso destino (DARDEL, 2011).

Após dois anos de observações da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, podemos falar com veemência que o espaço vivido influencia e é influenciado fortemente pela geograficidade dos indivíduos que ali vivem. Vimos um espaço que, enquanto rural, ainda conserva no bojo de muitas relações sociais que ali ocorrem um traço de um campesinato amazônico, onde terra e água são vistas como fonte do sustento da família. É uma relação de respeito e apreço que é observado na forma como os camponeses-ribeirinhos se referem ao lugar durante as entrevistas.

As falas, muito envolventes, nos remetiam a um lugar que parecia surreal, ovacionando as características que saltavam às emoções dos entrevistados. Um lugar que vive no presente e no passado de muitos moradores, um lugar que tem memória, que tem história. Mesmo contendo um forte traço do modo de vida campesino, a comunidade de Santa Maria, já guardava um traço de urbano em sua história, uma história cheia de riquezas. A Vila Amazônia, mais

propriamente a comunidade de Santa Maria, ficou marcada pela presença dos japoneses na década de 1930.

Desde essa época, as urbanidades no rural caracterizavam a paisagem do lugar. O intento dos japoneses era criar uma cidade japonesa na Amazônia e a Vila Amazônia se tornou o embrião deste projeto. O período da administração J. G. Araújo deu continuidade às urbanidades no rural. Um grande aparato urbano foi erguido pelo português. Estes períodos deixaram um legado que acabou sendo perdido no tempo pela falta de cuidado tanto da população quanto do poder público. Pouco do que foi erguido de estrutura urbana pelos japoneses e pelo empresário J. G. Araújo é encontrado hoje na localidade.

Mesmo assim, não se pode negar a importância que estes dois períodos tiveram na história da comunidade de Santa Maria. As atuais urbanidades no rural tem promovido uma grande gama de experiências que criam e recriam lugares, que passam por significações e ressignificações no cotidiano daquelas pessoas, que ora são camponeses-ribeirinhos, ora são comunitários que anseiam pela emancipação municipal, querendo tornar a Vila Amazônia um município onde a comunidade de Santa Maria seria a cidade, sede deste novo território. Alguns dos entrevistados manifestaram essa ideia, que é compartilhada, segundo eles, por muitas pessoas dali.

Observamos isso como o resultado das territorialidades urbanas que ocorrem devido às urbanidades. Não entraremos no mérito dessa discussão, mas encerramos este trabalho com a indagação que por muitas vezes surgiu ao estarmos ali, conversando com os moradores, andando pelas ruas da comunidade: a comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia é rural ou é urbana? Como resposta obtivemos um mundo de significados em que estas categorias são apenas mais uma característica dos lugares que se dinamizam a todo instante no cotidiano daqueles moradores.

## REFERÊNCIAS

- ALAVI, Hanza. **Las classes campesinas y las lealtades primordiales**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. *In*: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. (orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Brasília: SEBRAE, 2004.
- ALVES, Flamarion Dutra. As bases teóricas da geografia agrária brasileira: o pensamento de Pierre Monbeig e Leo Waibel. *In*: GODOY, PRT. (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 28 jul. 2014.
- ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. *Revista História-Hoje*. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol.3.2005>>. Acesso em 09 de setembro de 2015.
- CASTRO, Edna. (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COLTRO, Alex. A Fenomenologia: Um enfoque metodológico para Além da Modernidade. *In*: **Caderno de pesquisa em Administração**. São Paulo, v. 1 N° 11, 1º trimestre/2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. **Revista Geomae**. V.1 N. 2, p 25-56, Jun-dez, 2010. Disponível em <[http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia\\_conceitos\\_e\\_paradigmas\\_fabio\\_costa\\_marcio\\_rocha.pdf](http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia_conceitos_e_paradigmas_fabio_costa_marcio_rocha.pdf)>. Acesso em 03 de junho de 2015.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda Lopes. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, 6, 2003, p. 9-25.
- DEROLLE, Patrícia Galves. Geografia: As principais correntes metodológicas da Geografia e conceitos-chave. **Estudos para o CACD, Geografia**. Jan-mar, 2013. Disponível em <<http://e-internacionalista.com.br/2013/03/26/resumos-fichamentos-1-3-as-principais-correntes-metodologicas-da-geografia-geografia/>>. Acesso em 03 de junho de 2015.

FERNANDES, Mariane de Oliveira; MIORIN, Vera Maria Favila. **Perspectiva histórica da geografia agrária e os desafios de sua definição.** Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1062\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1062_1.pdf)> Acesso em: 27 jul. 2014.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. A geografia agrária brasileira: dinâmica, variada e complexa. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 83-96, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/51>> Acesso em: 15 jul. 2014.

GARNICA, A. V. M. Algumas Notas Sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia. In: **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu/SP, v.1, n.1, 1997.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GONÇALVES, Alice Rauber. Urbanidade e as Novas Configurações Urbanas. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais**. Rio de Janeiro, 2010.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc... Espaço, Tempo e Crítica**, Rio de Janeiro, nº 2(4), v. 1, 2007.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 67-78, juJ./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**. UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p. 137-147, 1993-2008.

\_\_\_\_\_. A influência de Eric Dardel na construção da geografia humanista norte americana. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. **Anais**. Porto Alegre, 2010.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. (orgs.). **Imigração Japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: EDUA, 2011.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 4.ed. Campinas: Papirus, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, 1998.

MARANDOLA JR., Eduardo. Fenomenologia e Pós-Fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**. Dossiê Fenomenologia e Geografia. Rio de Janeiro, v.3, n.2, Inverno 2013.

MARANDOLA JR., Eduardo; ARRUDA, Zuleika A. Urbanidade e ruralidade no Brasil e as redefinições entre campo e cidade. **Boletim de Geografia**, v. 23, p. 21-38, 2005.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (orgs). Qual o Espaço do Lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, nº 12, pp. 57-67, jan.-jun./ 2008.

\_\_\_\_\_. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, nº 19, pp. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, Geraldo. I.; SOUZA, Ângela. F. G. de. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re)definições. **Caminhos de Geografia – revista on-line**. v. 11, n. 36, p. 37-51, dez. 2010.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MATOS, Luciana Lima de. **Entre o rural e o urbano: a Comunidade Agrícola João Paulo e as transformações em seu espaço geográfico, Manaus – Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MATOS, Jônatas de Araújo. **A Organização Sociocultural e o Modo de Vida na Comunidade Miracauera, Paraná do Careiro (Município de Careiro da Várzea-AM)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

MEDEIROS, Mônica Xavier. Memórias, Histórias e Reforma Agrária em Vila Amazônia (Parintins/AM). In: **Encontro Regional Sul de História Oral**, VII, 2013, Foz do Iguaçu. Anais do Encontro Regional Sul de História Oral, 2013. v. 1. p. 1-7.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Roberto Ribeiro Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (2007b). **PRA - Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Vila Amazônia – 2005-2007**. MDA/INCRA/COOTEMPA/Parintins (AM.).

MORAES, Maria Dione Carvalho de; VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Trilhas de um Debate Contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, art. 4, pp. 59-85, Jan./Mar. 2013.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, abril, 2003, pp 113-143.

MURTA, Raíssa de Oliveira. **Ethos Camponês e Espaço Rural Periférico: (des) encaixes frente à legislação florestal brasileira**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

MURTA, Raíssa de Oliveira; MAFRA Rennan Lanna Martins. Ethos Camponês: a expressão de uma racionalidade na modernidade em crise. In: VIII Congresso Português de Sociologia – 40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas. **Anais**. 2014. Disponível em:

<[http://www.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM\\_0437.pdf](http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM_0437.pdf)>. Acessado em 11 de dezembro de 2015.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. *In: Caderno de pesquisa em Administração*. São Paulo, v. 1 N° 03, 2° semestre/1996.

NOGUEIRA, Amélia Regina B. **Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas**. Manaus: EDUA, 2014. 222p.

OLIVEIRA, Livia de. **O sentido de lugar**. *In: Qual o espaço do lugar?* Organização de Eduardo Marandola Jr. Werther Holzer. Livia de Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2012.

\_\_\_\_\_. Sentidos de Lugar e Topofilia. **Geograficidade**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, Inverno 2013.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; CORREIA, Idalécia Soares; OLIVEIRA, Anelito Pereira de. Geografia Fenomenológica: espaço e percepção. **Caminhos de Geografia** – revista on-line. Uberlândia, v.11, n° 35, set./2010, pp. 173-178. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>.

PINTO, Iléia Maria de Jesus. **A (re) significação do lugar: comunidades de pescadores na cidade Manaus – AM**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona. Vol. XI, n° 245(33), ago. 2007.

RODRIGUES, Jeane. R.; ALBUQUERQUE, Carlossandro C. Assentamentos Agrários da Gleba de Vila Amazônia em Parintins – AM. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, X, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP/EGAL, 2005.

ROSENDAHL, Zeny. A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo. **Geo-Working Papers**. Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento. Série Investigação. Guimarães-Portugal, 2008/14.

RUA, João. A Resignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, 2005, vol. 2, n. 2, pp. 45-66.

\_\_\_\_\_. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **CAMPO TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, p.82-106.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAUER, Carl. **On Culture and Landscape: readings and commentaries**. Louisiana: Baton Rouge, 2009.

SEAMON, David; SOWERS, JACOB. Place and Placelessness, Edward Relph. *In: HUBBARD, P.; KITCHEN, R.; VALLENTINE, G. Key Texts in Human Geography*. London: Sage, 2008, pp. 43-51.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no Município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades Rurais no Município de Parintins: *habitus*, circularidade da cultura e *ethos* ambiental na localidade do Zé Açú.** Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SILVA, José N. Gonçalves da. Ruralidades e Urbanidades: territorialidades da agricultura familiar no município de Porto da Folha/SE. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, VII, 2014, Vitória. **Anais**. Vitória: UFES/AGB, 2014.

SILVA, Lindomar de J. de Sousa; MENEGHETTI, Gilmar A.; PINHEIRO, José Olenilson C.; GUIMARAES, Rosângela dos R. A Dinâmica Socioeconômica das Comunidades Rurais Amazônicas: o caso da Comunidade de Nossa Senhora do Rosário - Parintins – AM. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 52, 2014, Goiânia. Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro: **Anais**. Goiânia: Sober, 2014.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia**. Ano 5, nº 5, 2009.

SOUZA, José Camilo R. de. Parintins e Vila Amazônia: uma história de construção urbana de imigrantes nipônicos. *In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. (orgs.). Imigração Japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011.

\_\_\_\_\_. **A geografia nas escolas das comunidades ribeirinhas de Parintins: entre o currículo, o cotidiano e os saberes tradicionais.** Tese (Doutorado em Geografia Física). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. Geografia e Fenomenologia: Merleau-Ponty e sua influência na geografia humana. **Caminhos de Geografia** – revista on-line. Uberlândia, v.14, nº 46, jun./2013, pp. 265-272. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>.

TAVARES, Anderson de S.; NOGUEIRA, Amélia Regina B. A Ressignificação do Espaço Vivido nas Áreas Rurais da “Gleba de Vila Amazônia” no Município de Parintins/AM. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, VII, 2014, Vitória. **Anais**. Vitória: UFES/AGB, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Espaço, Tempo, Lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**. Rio de Janeiro, v.01, n.01, Inverno 2011.

\_\_\_\_\_. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2012.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). *In: WELCH, Clifford Andrew; et. al. (orgs.). Camponeses brasileiros:*

**leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico*, 87. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.